

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**GEOGRAFIA/EDUCAÇÃO E APROPRIAÇÃO
PSICOSSOCIAL DOS LUGARES**

Dissertação de Mestrado

LUCIMARA VIZZOTTO REFFATTI

Prof. Orientador: NELSON REGO

Porto Alegre, novembro de 2001

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Marisa Faermann Eizirik

Profa. Dra. Dirce Maria Antunes

Prof.Dr. Álvaro Luis Heidrich

Para Milla, com quem tenho aprendido sobre generosidade e afeto.

RESUMO

A pesquisa procura e refletir sobre convergências conceituais entre a análise psicossocial e o significado dos lugares e a análise geográfica, sobretudo em relação ao encontro geografia/educação. A pesquisa procura demonstrar como a geografia vem desenvolvendo teórica e praticamente uma abordagem capaz de produzir uma solução societária para a reapropriação selvagem dos lugares, por parte de indivíduos e grupos que perderam o sentimento de pertencimento, em relação a seus contextos sócio-geográficos.

Palavras-chave: Geografia, Educação, Abordagem Psicossocial, Lugar, Sentimento de pertencimento, Perda, Reapropriação.

ABSTRACT

The research tries to demonstrate and reflect on conceptual convergences between psychosocial analysis and the significance of places and the geographical analysis, especially in relation to the encounter of geography and education. The research tries to demonstrate how the geography has been developing practically and theoretically an approach capable of producing a sociatary solution for the wild reappropriation of places by individuals and groups that lost the feeling of belonging, in relation to their socio-geographical contexts.

Key Words: Geography, Education, Psychosocial approach, Place, Feeling of belonging, Loss, Reappropriation.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
UNIDADE UM: ABORDAGEM PSICOSSOCIAL DOS LUGARES	12
1 INTRODUÇÃO À ABORDAGEM PSICOSSOCIAL DOS LUGARES	12
2 A ANÁLISE PSICOSSOCIAL	15
2.1 A Relação no Espaço como Quadro Funcional.....	26
2.2 A Relação no Espaço como Espaço Vivido.....	27
2.3 Características da Relação no Espaço	28
2.4 Organização do Espaço e Estrutura Social	29
3 AS DIMENSÕES PSICOSSOCIAIS	32
3.1 A Dimensão Psicológica.....	32
3.2 A Dimensão Cultural	39
3.3 A Dimensão Social	45
3.4 O Espaço Social Como Espaço Controlado	47
4 OS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS EM SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS	51
4.1 As Imagens do Espaço	52
4.2 As Práticas de Apropriação do Espaço	56
4.3 A Apropriação Selvagem.....	59
5 APROPRIAÇÃO E SIGNIFICADO DOS LUGARES.....	64
5.1 O Enraizamento ou a Dialética Pertença/Não Pertença.....	66
5.2 A Habitabilidade ou a Dialética Imposição/Liberdade	67
5.3 O Território ou a Dialética Dentro-Fora	68
UNIDADE DOIS: O ENCONTRO GEOGRAFIA/EDUCAÇÃO E A REAPROPRIAÇÃO SOCIETÁRIA DOS LUGARES	69
1 GEOGRAFIA, LUGAR E CULTURA	72
2 O ENCONTRO GEOGRAFIA/EDUCAÇÃO E REAPROPRIAÇÃO SOCIETÁRIA DOS LUGARES	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91

REFERÊNCIAS.....93

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho procura contribuir para a convergência mais declarada entre a psicologia social – abordagem psicossocial dos lugares, mais especificamente – e a práxis em desenvolvimento na geografia e, mais particularmente, no encontro entre geografia e educação.

O exame da literatura num e noutro campo demonstra uma grande semelhança conceitual. No entanto, paradoxalmente, cada um dos campos parece, em termos gerais, desconhecer o outro. Acredito que a exposição dessas semelhanças poderá contribuir para os esforços de necessárias convergências. Autores fundamentais para a construção de uma lógica complexa, articuladora e ao mesmo tempo transgressora de campos distintos – como Morin e Guattari – certamente serão decisivos para esse esforço.

No entanto, no presente trabalho, autores como estes, permanecem como um horizonte epistemológico mais ao fundo, sendo priorizada a abordagem mais direta de autores identificados como pertencentes mais especificamente aos campos em questão.

O trabalho se estrutura em duas grandes partes. A primeira é mais extensa, porém menos densa quanto à presença de elaboração pessoal – é claro que elaboração pessoal sempre há, mas procurei me restringir mais a uma exposição de seqüência de idéias, procurando ater-me com a maior fidelidade que me fosse possível à reprodução do pensamento de outros. A segunda parte é menos extensa, porém inversamente mais densa quanto ao trabalho de interpretação e de juízos de valor assumidamente meus. A diferença entre as duas partes expressa-se inclusive quanto à linguagem utilizada. Mais comedida, na primeira, um pouco mais passional na segunda.

Na primeira parte, procuro oferecer ao leitor (e a mim mesma na forma de

aprendizagem) uma seqüência de idéias desenvolvidas no campo psicossocial e que aproximam este campo do temário geográfico. Há uma seqüência de apresentações de classificações ou tipologias do comportamento psicossocial em relação ao espaço e aos lugares, culminando essa seqüência de idéias com as concepções do espaço como sistema de linguagem que funcionaliza comportamentos individuais e sociais e, no limite, chegando a produzir perda dos sentimentos de pertencimento em relação aos lugares e, em resposta, a reação Pulsional (não elaborada, em termos de ascensão consciente), expressa como “reapropriação selvagem”.

Nessa primeira parte, utilizo como fio condutor sobretudo o livro de Gustave N. Fischer – *Psicologia Social do Ambiente*, que sistematiza e reelabora autores anteriores, relacionados à abordagem psicossocial dos lugares. Procurei consultar esses outros autores na mesma medida e na mesma seqüência em que eles são apresentados e inter-relacionados por Fischer. Fiz isso dentro das limitações de tempo e recursos financeiros, dentro dos quais transcorreu o meu trabalho. Nesse sentido, devo registrar aqui um agradecimento muito especial para tradutora-intérprete Ana Elisa Weickert que, com grande amizade e sempre gratuitamente, em termos financeiros, ajudou-me a compreender textos em outras línguas, inclusive traduzindo alguns trechos mais significativos.

Também devo observar que, em seu livro, Fischer adota indistintamente os termos “ambiente” e “lugar”, como sinônimos. Isso, para a geografia, pode representar uma fonte de confusão conceitual. Para a abordagem psicossocial de Fischer, no entanto, é fácil entender o motivo dessa sobreposição: ambiente, para ele, não remete a uma noção de desvelamento de leis e inter-relações físicas, da ordem das ciências da natureza ou do imbricamento sociedade/natureza. Ambiente, na abordagem de Fischer, refere-se ao contexto social, psicológico que está em torno de um indivíduo ou grupo, influenciando as suas ações, podendo este ambiente ser entendido também como espaço físico – mas um físico interpretado sob a perspectiva do psicológico. Assim, ambiente remete a uma noção de identidade, ou significado psicossocial do que me cerca, o que o torna sinônimo de lugar. Para evitar mal-entendidos por parte de uma leitura sob a perspectiva da geografia, substituí a palavra “ambiente” por “lugar”, cada vez que a palavra “ambiente” apareceu na seqüência de idéias propostas por Fischer, repetindo porém que a palavra “lugar” também aparece muitas vezes, sendo ambas as palavras utilizadas indistintamente.

Na segunda parte, dedicada ao encontro geografia/educação, utilizei mais amplamente o recurso de citações textuais longas – algumas vezes, bastante longas – inclusive com uma forma de documentação ou registro de como o contemporâneo discurso geográfico aproxima-se do campo psi. Mas não apenas por isso. O outro motivo é que, simultaneamente, formulei mais juízos assumidamente próprios e, assim, com a intercalação de elaborações bastante pessoais com a reprodução textual de elaborações de outros procurei caracterizar um adensamento de diálogo propositivo. Na verdade, imitei em parte o estilo de Barthes em *Fragmentos de um Discurso Amoroso*, por sugestão de meu orientador, Prof. Nelson Rego.

Aqui também cabe um registro muito especial. Se na primeira parte adotei um livro como fio condutor, na segunda parte adotei como fio condutor o contínuo diálogo com meu orientador, inclusive apropriando-me de frases inteiras que dele ouvia e anotava rapidamente em meu caderno. Ao Nelson, o meu reconhecimento muito especial, com o registro da efetividade que entre nós se estabeleceu e a sua generosidade em aceitar e incentivar a minha “pirataria”.

Também devo observar que a menção a “campos”, frequentemente utilizada no trabalho – inclusive a expressão “campo psi” – é retirada de Guattari e Deleuze, expressando tanto a relação de um saber com a construção de um claro limite identitário, às vezes algo corporativo, quanto inversamente e complementarmente com a necessidade instituir um discurso com limites que, de acordo com as conveniências da ocasião, podem ser também difuso, migratório para outras direções.

Por fim, gostaria de lembrar que meu inicial projeto de pesquisa envolvia o relato reflexivo de estudos de casos relacionados com o meu trabalho em psicopedagogia na Clínica Conviver (Porto Alegre-RS), utilizando temas sócio-ambientais como recurso psicopedagógico para um trabalho de “abertura” social, com crianças gravemente conflitadas, incluindo o sentimento de rejeição agressiva e/ou apática em relação às características sócio-geográficas dos lugares em que vivem (periferia urbana). Cheguei a anotar muitas observações e reflexões, porém dois motivos conduziram-me a abandonar o projeto de relacionar estes estudos de casos às reflexões teóricas aqui apresentadas. Um motivo é a cobrança de prazos cada vez menores pela CAPES para os programas de pós-graduação, que, por sua vez, impõem os mesmos prazos aos seus alunos para a realização de suas pesquisas. O meu projeto inicial necessitava de um prazo maior. O outro motivo,

ainda mais definitivo, é o desmantelamento do sistema de saúde pública, dificultando erroneamente, no caso, que as crianças carentes da periferia urbana tenham atendimento psicopedagógico (um luxo, certamente...). Isso, aliado à crise financeira que atinge também à classe média, faz com que as clínicas psicopedagógicas estejam a fechar, uma após a outra. Isto é, a “matéria-prima” para a minha pesquisa de campo sumiu...

Porém, ao lado da manifestação de algumas inconformidades minhas, devo também agradecer. Agradeço a FAPERGS pela bolsa recebida. Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, muito especialmente, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela competente e carinhosa acolhida que me ofereceram. Agradeço novamente ao meu orientador, Prof. Nelson Rego. Agradeço ao conjunto de colegas e funcionários que encontrei no Programa. Muito especialmente, agradeço também aos professores, destacando as valiosas contribuições em sala de aula ou em outros momentos acadêmicos da Profa. Dirce Suertegaray e do Prof. Álvaro Heidrich.

UNIDADE UM: ABORDAGEM PSICOSSOCIAL DOS LUGARES

1 INTRODUÇÃO À ABORDAGEM PSICOSSOCIAL DOS LUGARES

O comportamento psicológico e social dos seres humanos que era estudado somente através de disciplinas tradicionais, agora, é visualizado por meio da inclusão do homem nos lugares tanto por uma psicologia do ambiente quanto por uma geografia fenomenológica que passam representar uma nova interface do saber dentro das ciências humanas.

O espaço, assim como as relações humanas na sua complexidade, são o resultado de fatores culturais, sociais e institucionais.

Dentro de uma visão psicossocial, o espaço representa não só um quadro exterior com a sua substância e as suas formas, mas algo onde o indivíduo desenvolve a sua existência. Por isso, as relações entre o homem e os diferentes lugares dão ao nosso comportamento uma estrutura bem específica, o que estabelece a importância atribuída às relações e fazem com que dentro de uma visão psicossocial o espaço represente não só um quadro exterior com a sua substância e as suas formas, mas algo onde e com o qual o indivíduo desenvolve a sua existência.

Há, pois, uma integração entre os lugares e o homem, na medida em que os lugares agem sobre o ser humano e este age sobre os fatores espaciais que o caracterizam. Portanto, o valor do espaço e a orientação da conduta podem ser explicitados pelas formas dessa relação. E é por influência que este exercer no homem, como também através da influência que o homem exerce sobre o espaço.

Através de suas atividades, os grupos humanos, os indivíduos e as coletividades formam e transformam o espaço, que por sua vez também formou e transformou estes mesmos grupos. Assim, temos o que chamamos um espaço

“habitado”, resultando da relação própria do homem com outrem num meio delimitado.

A relação entre o meio tal como ele é e a atividade humana que se realiza nele, deverá ser levada em consideração dentro de uma visão psicossocial. Na medida em que as sociedades industriais onde vivemos produziram e desenvolveram um espaço diferenciado, através da produção artificial de um universo homogêneo, a ligação entre o homem e o espaço é intrinsecamente social.

O espaço reflete o mundo fabricado pelo homem. Sendo assim, há uma nova interpretação de espaço: a realidade do comportamento dos indivíduos, e ainda a vida social, desenvolvem-se em diferentes lugares, sendo estes mais que um quadro puramente exterior.

Dentro de uma visão psicossocial, o espaço é definido hoje de várias maneiras. Segundo Fischer (1994), o espaço é definido como uma rede de lugares onde podemos situar qualquer coisa ou produzir um acontecimento; dentro dessa visão o espaço é apresentado como um domínio específico, onde “o espaço só existe por aquilo que ocupa”.

As relações entre os indivíduos e entre os indivíduos e os lugares são determinadas pelo espaço. Através da análise de diversos lugares, a realidade social pode ser entendida, pois todo o espaço delimita uma realidade social considerada como ponto de partida no qual aparecem as condições impostas a um grupo ou a um indivíduo nas suas atividades. Ittelson (1978) tratou da psicologia dos lugares como um estudo do comportamento humano em relação ao ambiente definido e organizado pelo homem.

Desse modo, o estudo do mecanismo de interação homem-espaço fica favorecido, evidenciando a maneira como o homem, por meio de comportamentos ativos ou passivo, pode adaptar-se ao meio ou recusá-lo.

A importância da influência do espaço sobre o homem, tanto psicológica quanto social e física, tem sido considerada por um interesse cada vez maior. A relação homem-espaço propiciou diferentes formas de estudo sobre os lugares que podem ser vistos sob os ângulos geográficos e psicossociais, nos quais a estrutura social torna-se uma dimensão essencial para análise.

Para o estudo dessa dimensão, a psicologia social explica a estrutura da relação baseada em leis próprias, as quais determinam as condições da relação, estando ligadas à natureza do social.

Num primeiro enfoque, o homem elabora o seu meio de acordo com a educação e os condicionamentos psicológicos. Sob outro enfoque, o homem é influenciado, no seu comportamento, pelo espaço justamente por causa dos valores nele inscritos.

A noção de que o espaço interfere na interação social é defendida pela psicologia social, segundo a qual o ambiente mostra a existência de um campo bem particular, onde o espaço projeta a imagem que a sociedade faz de si própria (FISCHER, 1994) – o bairro, a cidade, o hospital ou o escritório tornam paisagem a experiência individual e coletiva.

2 A ANÁLISE PSICOSSOCIAL

A questão do espaço sob o ponto de vista psicossocial pode ser definida como um sistema de influência de origem social para as atividades dos indivíduos, aparecendo para a atividade humana como exemplo social de organização e funcionando como cultura e como instrumento funcional. Assim nós podemos lembrar da idéia de matriz da existência social, como uma estrutura do enraizamento humano: “quando se fala os espaços sociais, a minha opção é de que cada um deles constitui uma matriz de existência possível e real e que as matrizes de experiência coletiva e individual podem ser olhadas por ângulos diferentes” (DUVIGNAUD, 1977).

Dentro de uma visão diacrônica, Duvignaud enumera quatro grandes “matrizes da existência”, estando essas matrizes ligadas às formas que foram dadas pela sociedade ao espaço, para que pudessem organizar a sua vida social.

Numa perspectiva sincrônica, podem ser diferenciados dois níveis de estudo que são o macrossocial e o microssocial.

Para Fischer (1994), somente como lugar valorizado ou desvalorizado, de acordo com as condições de vida que estabelecem as relações com o espaço, é que este pode ser considerado concretamente como uma “matriz da existência”.

A natureza social do espaço determina os comportamentos e processos sociais e é no interior da “matriz da existência” que se organiza a experiência individual e coletiva.

Dessa forma, segundo Fischer, uma visão psicossocial do espaço mostra que a primeira prova da existência é ocupar o espaço. Esta ocupação do espaço não significa simplesmente o preenchimento de um volume, mas antes disso explica-se pela expressão de um conteúdo próprio, isto é, despertadas pelo sentimento de estar “em casa”, as emoções fazem da habitação um território pessoal.

A ação de um sobre o outro, indivíduo e espaço, une-se em torno de duas dimensões interdependentes: a espacialidade das estruturas sociais e a sociabilidade das estruturas espaciais.

Assim o espaço pode ser entendido de acordo com duas componentes correlativas, ou seja, o quadro físico do qual fazemos parte e que nos cerca é o conjunto dos lugares organizados dentro dos quais evoluímos, formando cada um desses lugares um determinado tipo de território, e o próprio corpo, o qual ocupa um

espaço bem definitivo, tornando-se um elemento central.

Fischer elabora quatro conceitos territoriais, fundamentais para a análise psicossocial.

O território humano

A definição de território começou a fazer parte das análises psicossociais partindo das pesquisas realizadas sobre o comportamento animal. Como este conceito não determina biologicamente o nosso comportamento, deve ser usado com restrição dentro do contexto humano. A influência das características do território humano será de outro modo, pois pertencem a um campo de natureza social.

A realidade do território humano não existe por si mesma. Só haverá uma realidade por meio daquele que estiver no território e fizer dele um objeto de conhecimento. Assim, o território é conceituado como um campo topológico, isto é, o corte de um espaço físico em zonas subjetivas delimitadas pela qualidade das relações estabelecidas com ele. Através desse conceito podemos compreender o conceito de proxemia, segundo o qual a utilização do espaço depende da qualidade dos territórios e dos seus elementos culturais.

Na maioria das vezes, um território é organizado para acolher uma pessoa ou um grupo e ainda para uma determinada atividade, tornando-se, desse modo, um espaço físico delimitado que apresentará uma conformação própria de acordo com as funções para as quais foi estabelecido, determinando um tipo de ocupação do espaço para aqueles que lá estão.

As marcações e os elementos de apropriação determinam as características do lugar e assim teremos a noção de território.

As características físicas e os aspectos culturais combinados num único sistema permitem fazer do território um lugar socializado. Podemos assim diferenciar três tipos de território humano.

O território primário

Como por exemplo, a habitação, a qual garante uma função de intimidade, pois os indivíduos que a ocupam exercem um controle sobre a mesma e a habitam

por um tempo prolongado. O território primário permite que o homem sinta-se protegido do mundo exterior, pois nele existe a possibilidade de fechar a porta à chave, permitindo que o homem saia da esfera pública e considere qualquer intromissão como violação.

O território secundário

É considerado um espaço social criado por grupos. É onde se estabelecem regras mais ou menos formais e estritas, que determina o direito de acesso e utilização desses lugares.

Se o grupo tiver o costume de realizar reuniões nesses lugares sociais, estes passarão a ser objeto de apropriações específicas. Desse modo, cafés do bairro por serem espaço de troca social são considerados territórios secundários.

Dentro de ambientes maiores também é possível encontrar exemplos de territórios secundários: a sala de aula de uma escola pode ser um território secundário, pois dentro dela um aluno ocupa o mesmo espaço-aula durante o ano inteiro, por isso, geralmente, muitos alunos ocupam os mesmos lugares e sentem-se donos da sua classe ou de sua cadeira. Podemos observar que no caso de trocas de sala de aula ao longo do ano, os alunos ocupam sensivelmente os mesmos lugares.

Assim o território secundário mostra como são desenvolvidas as interações nesses lugares.

O território público

Como a designação indica, é aquela cuja característica é o fato de ele ser público, podendo ser ocupado por uma pessoa ou um grupo por algum tempo. No entanto, na realidade os primeiros ocupantes são os seus proprietários provisórios, contrariando a noção de que pertence a todos – isto é, ele pertence em primeiro lugar à regra, e por extensão ao limite imposto pela presença dos outros. Dentro do território público são os costumes e as normas sociais que vão determinar os comportamentos.

Os parques, ruas e locais que fazem parte desses espaços, assim como bancos e cabinas telefônicas fazem parte do território público. Por se tratarem de

espaços abertos podem ser usados como locais de encontro e atividades diversas, que contraditoriamente podem chegar a transgredir a regra, como por exemplo o comércio de drogas.

Observamos que para determinados grupos de jovens, a rua se transforma no seu modo de vida, pois para eles não existe um espaço próprio e então passam a ocupar as zonas públicas.

Este fato mostra que a divisão da realidade em espaço privado e espaço público muitas vezes não permite o conhecimento de fatos que ali acontecem. Delimitando-se lugares definidos e organizados dentro do espaço social é possível a escolha de atividades mais ou menos privadas, mais ou menos públicas ou mais ou menos sociais, o que mostra o papel mediador do território nas intenções sociais.

A partir dessa caracterização do território humano em três subtipos territoriais, Fischer desenvolve o conceito de dominância territorial. Ao ocuparmos um território acabamos por exercer sobre ele um certo domínio, adquirindo assim o nosso direito de posse. Esta relação no espaço estabelece uma zona de influência que acaba fazendo do território uma espécie de extensão do nosso eu. Em uma sala de aula, por exemplo, a professora disporá as classes de acordo com as atividades que precisa desenvolver. Desta forma ela terá um controle de seus alunos pela maneira como controla o espaço.

Podemos observar, muitas vezes, que a invasão a um espaço pode ocasionar reações agressivas, o que demonstra a importância da dominância territorial. Por ser o território um prolongamento de nós mesmos, qualquer invasão é fortemente sentida, pois o território invadido possui um caráter privado, sendo o controle um princípio absoluto.

De acordo com a importância que um território possui para o grupo ou para o indivíduo e, de acordo com a posição que o indivíduo nele ocupa, assim será a intensidade do sentimento de dominância que se desenvolverá sobre ele.

Fischer cita como exemplo a divisão de serviços criados num hospital: há no hospital dois serviços de reanimação. As equipes, porém, aceitam trabalhar juntas durante as férias de verão, ou seja, um mês no serviço nº1, um mês no serviço nº2. Observamos que embora nos dois serviços se realize o mesmo tipo de trabalho, cada uma das equipes não se sente tão à vontade no serviço que não é o seu. Nota-se o domínio da equipe que está no seu serviço. A equipe acolhida apenas reproduz os hábitos de trabalho daquela que “recebe”, sendo que cada equipe sente-se

melhor ao retomar o próprio serviço.

É revelada assim, através da dominância territorial, o tipo de relação no que se refere à influência sobre os lugares. No caso da habitação, considerada como espaço-refúgio em comparação ao espaço público, significa que as categorias sociais que não são bem integradas ou recebidas no espaço público têm maior necessidade de ocupar o seu espaço pessoal, para nele exercerem o seu domínio territorial, já que nos espaços públicos isso se torna muito difícil.

A delimitação dos territórios determinará as suas fronteiras materiais ou simbólicas. Essas fronteiras costumam ser representadas por marcadores que determinam a ocupação do espaço por alguém. Os códigos, que surgem a partir da junção de fronteiras e marcadores, informam a respeito da natureza e das características das separações estabelecidas entre si num determinando ambiente. Podemos tomar como exemplo o modo como um jovem dispõe os móveis e objetos no seu quarto. A maneira de dispor a mobília nos informará a maneira como o jovem habita o seu quarto, ao mesmo tempo em que dessa forma o jovem estará diferenciando-se do resto da família, pois o seu quarto é o seu território.

Em situações de grupos, as marcas são sinais que podem ser observados facilmente. Crianças em sala de aula, por exemplo, reafirmam a ocupação do seu lugar usando marcadores para delimitar a sua mesa, com o estojo marcam o espaço e com o lápis podem criar barreiras.

A maneira como uma criança instala-se na sala de aula e dentro dela constrói as suas barreiras determina a importância do seu local de trabalho. Uma fronteira pode ser estabelecida, por exemplo, quando uma criança coloca a sua classe isolada. Esse exemplo pode evidenciar a importância das delimitações do espaço e da identificação de fronteiras no sistema de interação social.

O modo como alguém ocupa o seu território pessoal pode também ser estudado através da idéia de marcação, variando o sentido das marcas de acordo com os territórios. No território pessoal, quanto maior for a ocupação, mais carregadas serão as marcas que informam o grau de personalização de um lugar.

Sob outro ponto de vista, observando as marcações incisivas como assinaturas que se encontram espalhadas nas paredes das cidades, podemos dizer que as marcações mostram um outro tipo de relação com o espaço, isto é, revelam uma reação ao território do qual se é excluído ao invés de demonstrarem um modo de influência e apropriação sobre o território.

A territorialização do espaço pela marcação deve ser considerada, numa visão mais ampla, que evidenciará a sua dimensão social: a identificação de um território esta ligada a uma organização social que determina fronteiras, as quais estabelecem no espaço as regras e os costumes culturais de um grupo.

Não só o domínio psicológico de um território, mas ainda as condições sociais nas quais um território é utilizado é que determinam o valor desse território. Portanto, o lugar que um território ocupa dentro de uma escala social é que estabelecerá o valor desse território, sendo assim mais ou menos valorizados. Dessa maneira, todo território possui uma função social, que indica o uso que cada indivíduo faz dele e ainda qual é o seu lugar. Por isso é possível aprender a valorização social do espaço, sendo este estruturado por uma repartição diferenciadora.

Hall (1960) afirma que a ligação entre espaço e comportamento baseia-se na existência de “esquemas internos de espaço”, que o indivíduo adquire, apreende e transporta com ele no decorrer da existência posterior. Os indivíduos assimilam esses esquemas de espaço, que se tornam modelos e acabam por determinar os comportamentos, pois constituem uma estrutura que conduz a um tipo de conduta. De acordo com as culturas, assim ficam estabelecidas as normas e estruturas relativas ao espaço.

O conceito de organização semifixa determina-se pelo conjunto dos elementos semifixos que ali aparecem como equipamento, mobiliário, e também pela ligação entre o comportamento e a organização semifixa. Os elementos semifixos de acordo com a maneira como dispomos podem determinar e/ou inibir as atividades e as trocas. Portanto, se um sofá for colocado em uma sala de estar de acordo com uma visão puramente estética, esta disposição do sofá dará uma visão agradável à vista, mas dificultará a conversa entre as pessoas. Essa visão exclusivamente estética pode impedir o desenvolvimento de certas atividades, pois por ser rígida e fixa acaba dando mais importância à preocupação de que tudo esteja em ordem do que à possibilidade de uma boa conversa.

A relação entre os diferentes arranjos dentro de um espaço e o comportamento do grupo que ali habita pode ser entendida através dos elementos semifixos. Observando, por exemplo, a organização da cozinha de um vizinho; notamos que difere da organização da nossa cozinha, isto porque a maneira como as coisas estão colocadas depende, de acordo com Hall e Fischer, dos modelos

microculturais.

Um espaço informal estabelece, portanto, segundo um certo número de distâncias que mantemos nas nossas relações com os outros.

A experiência diária do indivíduo serve de base para a idéia de espaço informal ou pessoal, isto é, nos consideramos donos do espaço que está próximo a nós. A relação entre o lugar ocupado pelo corpo e o ambiente próximo a ele, origina essa definição de espaço. Determinados invólucros rodeiam o indivíduo e interferem no seu comportamento, seja dentro de espaços limitados, seja em situações de interação. Isto nada mais é do que o espaço pessoal, pois o indivíduo definiu-se no espaço pela afirmação de um lugar e não só pelos seus limites corporais.

O espaço é assim conceituado em termos de lugar, de modo de ocupação do lugar que significa o uso que dele se faz, as atividades que ali se realizam e principalmente o sentido que esse lugar tem.

Considerando a importância do lugar, verifica-se que o espaço ambiente recebe a influência do comportamento de quem nele habita, através das suas atividades e das suas relações. A forma e a dimensão dessas esferas aparecem nomeadamente nas relações interindividuais em que cada um se conforma à situação adaptando o seu comportamento de acordo com um conjunto de distâncias determinadas, elas variam segundo as culturas, mas mostram sempre que numa avaliação das condutas do espaço, a interação deve ser levada em conta. A idéia de espaço pessoal envolve uma experiência determinada, ou seja, numa situação social usamos o nosso corpo para delimitar um lugar dentro de um ambiente. Assim sendo, o espaço pessoal estabelece o fato essencial de que o nosso corpo, num espaço, não é uma entidade, mas sim o resultado de interações que desenvolvem ao seu redor um campo imaterial, o qual pode ser considerado um prolongamento do corpo que pode significar um desdobramento ou retraimento dentro dessa zona psico-espaço-temporal. Assim as dimensões qualitativas da ocupação de um espaço, como os movimentos do corpo, a sua posição, as impressões sentidas na esfera imediata, estão incluídas no espaço pessoal.

Segundo Hall e Fischer, o espaço pessoal é uma bolha, dentro da qual cada indivíduo se encontra e inicia a sua relação no espaço que o circunda, através de diferentes atitudes corporais que estarão de acordo com os lugares ou as conversas.

O espaço pessoal foi definido também por Molles e Rohmer (1977), que seguindo a idéia inicial de Hall, compararam o espaço pessoal com uma concha

subjetiva que se forma ao redor do eu e realiza, de uma maneira ou de outra, as extensões subjetivas do corpo. Dessa maneira as conchas que o indivíduo constrói para si mesmo é que irão representar a sua relação no espaço, e ao mesmo tempo estabelecer a diferença entre o eu e os outros. Essa diferenciação começa a ser feita através da concha mais imediata, isto é, o vestuário que nada mais é que uma extensão direta do corpo. Molles e Rohmer destacam o apartamento, o bairro, a cidade, a nação e por fim o mundo, como esferas desdobradas à nossa volta, conchas que constituem o modelo de uma dialética muito primitiva da expansão e do recuo que cada indivíduo realiza nos lugares em que se encontra.

Descrever o espaço como zona-tampão é também uma forma de conceituar o espaço pessoal. Dentro dessa visão o importante é o indivíduo controlar a sua relação com o outro, determinando um sistema de proteção, pois assim poderá conseguir uma segurança afetiva contra as intrusões ou ameaças, imaginárias ou reais.

Assim sendo, o espaço pessoal rodeia o indivíduo e, a não ser em situações sociais definidas, não pode ser invadido por outro, desempenhando então uma espécie de proteção.

O espaço pessoal se expressa, desse modo, através de várias maneiras, as quais podemos definir observando, por exemplo, as distâncias que estabelecemos nas nossas conversas com os outros, conforme a situação em que nos encontramos. A distância que se estabelece entre superiores e subordinados no ambiente de trabalho é diferente da distância que se estabelece quando estamos entre amigos, na qual nos sentimos mais livres. Assim de acordo com as situações e os tipos de relações, teremos diferentes campos pessoais avaliados de acordo com as distâncias.

Observando e entrevistando indivíduos de classe média na costa leste dos Estados Unidos, Hall definiu quatro grandes tipos de distâncias: a distância íntima, a distância pessoal, a distância social e a distância pública, que de acordo com a personalidade dos indivíduos e os aspectos socioculturais do ambiente podem variar.

Distância íntima: é o espaçamento mínimo que ocorre numa relação entre indivíduos, mostrando a proximidade física, social e afetiva entre o eu e o outro. Pode ser observada pelo contato, variando de poucos centímetros a meio metro.

Distância pessoal: corresponde à extensão dos membros do corpo, indicada

principalmente pelo comprimento dos braços; equivale à influência física que uma pessoa exerce sobre a outra, estendendo-se aos limites da bolha. As relações amigáveis e as conversas privadas caracterizam-se por esse tipo de distancia que se situa em torno do comprimento da extensão do braço.

Distância social: é o limite do poder de outrem. É a distância das relações sociais habituais e também das relações profissionais. Num escritório, por exemplo, essa distância pode ser estabelecida pelas posições das cadeiras que deixam os indivíduos em distâncias cujo limite mínimo se situa em torno de um metro ou um metro e meio. Dentro de um espaço onde se estabelece a distância social, a presença de uma pessoa estranha pode ser incomoda. Se, uma reunião de trabalho é interrompida pela presença de alguém, essa pessoa é considerada uma intrusa, assim, para que isso não aconteça deve esperar que o responsável vá ao seu encontro.

Distância pública: caracteriza-se por ser usada em situações oficiais, podendo também ser utilizada em público em qualquer outra situação. Considerando-se as situações oficiais, revela a importância da personalidade hierárquica que se acolhe, tendo como indicador da sua importância a distância entre ela e nós. Este tipo de distância é tido ainda como definidor daquela que nos coloca fora do alcance agressivo de outros indivíduos.

Podemos dizer que estes tipos de distâncias caracterizam a nossa relação com os outros, permitindo destacar que a distância mostra o valor cultural do modo como às usamos em relação ao espaço. Por outro lado, os diferentes estilos que adquirimos, estabelecem os elementos de diferenciação que equilibram as interações sociais dos indivíduos e permitem que as relações apresentem condições adaptadas e satisfatórias. Com certeza, o uso das distâncias está ligado a uma série de atividades, de relações, de emoções e ainda de fatores culturais que unidos determinam a estrutura da troca social.

Muitas vezes, a função da distância é defender o espaço social, sendo, por isso, a sua marcação determinada de acordo com as situações.

Diferentes fatores estabelecem essa utilização das distâncias como, por exemplo, os fatores individuais (idade, status social, grupo); os fatores interpessoais (atração, coesão, simpatia); os fatores situacionais (elementos físicos ligados ao contexto) e, os fatores culturais.

Os fatores individuais determinam, por exemplo, que numa relação de

trabalho homem-mulher as distâncias são maiores que nas relações mulher-mulher, que são mais reduzidas que nas relações homem-homem.

Conforme a idade, assim também, podemos entender o significado da distância. Observando pessoas de idade é possível verificar que estas consideram a distância pessoal como uma distância social, pois, estando a autonomia física diminuída, a distância se apresentará reduzida. As pessoas jovens que trabalham em abrigos residenciais para idosos relacionam-se com essas pessoas de acordo com a distância social: corresponde ao valor cultural da distância utilizada nas relações sociais e profissionais. Esta relação é vista negativamente pelas pessoas idosas, pois elas decodificam tal utilização da distância como sinal de um distanciamento afetivo. Para as pessoas idosas a “boa” distância é a que mais se aproxima da sua “bolha” pessoal.

Os fatores situacionais são percebidos no momento em que os elementos físicos do espaço são vistos como uma expressão do contexto institucional. O tipo de distância utilizado nas reuniões de pais e professores, por exemplo, interfere nas relações estabelecidas. Por isso o sistema institucional exige que os professores recebam os pais em salas definidas, nas quais cada professor terá o seu “canto”, dispondo-o da maneira que quiser e utilizando para isso uma, duas ou três mesas e uma ou mais cadeiras. Usando um maior número de mesas a distância entre os pais será maior. Dessa maneira os pais passam a “entender” que estabelecer uma distância maior significa para o professor se “agarrar” ao seu próprio status.

Várias funções psicossociais são, assim, desempenhadas através do espaço pessoal. Constitui-se o espaço pessoal numa envoltória física protetora, observada claramente em situações de forte densidade nas quais encontramos os indivíduos oprimidos uns contra os outros. Essas situações originam comportamento de evitação e de recuo que se manifestam por expressões corporais que têm o papel de garantir ao mesmo tempo um espaço mínimo e uma retirada psicológica (fuga do olhar, cruzamento dos braços, retesamento do corpo, etc.). O lugar ocupado pelo espaço corporal representa um campo o qual estabelece uma relação dialética com o mundo ao seu redor, pois as interações se desenvolvem através de comportamentos de extensão, recuo ou abertura em relação ao ambiente imediato.

É função também do espaço pessoal regular a intimidade que pode ser verificada quando o indivíduo procura sair da situação. A necessidade de reorganizar elementos da nossa casa para nos sentirmos mais à vontade ilustra bem

essa função do espaço pessoal. Essa reorganização do ambiente por ser feita modificando-se os elementos semifixos ou ainda negociando com os outros a utilização de um mesmo espaço. Dessa forma, o espaço pessoal adquire um valor social tanto no contexto familiar como no contexto institucional. Podemos, por exemplo, sentir a necessidade de possuir num apartamento um canto no qual possamos nos isolar do mundo ambiente, abstraindo-nos dele.

De acordo com os tipos de cultura, o espaço pessoal pode apresentar-se de várias formas, sendo que em cada uma são utilizados mecanismos específicos para mostrar a sua importância e o seu valor. Os aspectos culturais do espaço pessoal são usados pelos indivíduos para preservar a sua intimidade e determinar interações que são estabelecidas principalmente pelas distâncias. Fischer exemplifica que na França é costume colocar uma cerca nas casas com jardim, enquanto na América do Norte esse espaço é deixado aberto. Essa diferença de hábitos não significa que as propriedades francesas sejam superiores as da América, mas sim que para os franceses a cerca não é apenas uma barreira física, mas também cultural, servindo para fazer a sua diferenciação em relação aos outros, além de proteger o seu território. Na América do Norte, entretanto, é justamente a abertura que terá um valor cultural.

O espaço também pode ser entendido através da noção de território humano e espaço pessoal. Por serem esses dois aspectos inseparáveis, deve-se ao mesmo tempo levar em conta um e outro para aprender as características materiais de um espaço a ainda a ocupação de um espaço próprio por meio do desdobramento do seu corpo, que determina o seu lugar e traça os seus limites de acordo com o ambiente.

Desse modo, o espaço é caracterizado por ser um campo dinâmico, portanto, não se trata de uma entidade independente, fechada e fixa. As relações que estabelecemos com o espaço é que dão significado a ele. Uma visão psicossocial do espaço revela que o importante são os usos de um lugar, pois mostram as posições e os movimentos do nosso corpo num determinado ambiente. É importante lembrar duas formas de considerar esta relação no espaço. Uma baseia-se numa visão funcional e a outra leva em consideração a importância da experiência vivida.

2.1 A Relação no Espaço como Quadro Funcional

Segundo Fischer, os responsáveis pelo ordenamento, concepção e urbanismo têm do espaço uma visão geralmente determinista, a qual é bastante difundida e aceita. Esta visão explica-se da seguinte maneira: a vida das pessoas pode ser organizada, estabelecendo para elas determinados lugares, como por exemplo, a habitação. Estes lugares serão concebidos de acordo com critérios funcionais que corresponderam a suas necessidades elementares. Como resultado desse pressuposto acrescenta-se o fato de que ao se organizar o espaço, influencia-se de certo modo o comportamento e as relações, isto é, o espaço é um fator de influência e de condicionamento. Portanto, através das relações funcionais que estabelecemos com o espaço, assim o podemos considerar, e isto partindo das necessidades humanas tidas como universais. Assim entendemos como os grandes conjuntos urbanos tomaram a forma de “encaixotamento” através de uma idéia puramente abstrata e teórica do que é um alojamento.

Essa visão é subentendida em conseqüência de duas concepções da relação no espaço. Sob um aspecto, há uma relação funcional determinada a partir de modelos de necessidades supostamente válidas em toda a parte, sob outro aspecto um modelo de comportamento que é definido conforme a organização no espaço.

Assim as relações entre os indivíduos sofrem diretamente a influência da organização de um determinado espaço, como por exemplo, a localização de certas urbanizações, a distribuição interna dos espaços, a sua posição respectiva de vizinhança ou de afastamento em relação a um espaço valorizado. Notamos uma ligação entre as redes de vizinhança compostas num grande conjunto e a disposição de certos aspectos como proximidade física e disposição dos lugares.

Dentro dessa visão são explicados os fenômenos sociais existentes como relação de apatia, de indiferença, de violência, devido à uniformização espacial e a falta de variedade nos componentes do espaço. Constatado este fato, buscam-se soluções para ele. Baseadas no esquema de renovação funcional, muitas experiências de renovação do habitat ou de ordenamento urbano baseiam-se no fato de que se o espaço for organizado de maneira diferente, as relações e as condições de vida se modificarão.

2.2 A Relação no Espaço como Espaço Vivido

A relação no espaço também pode ser entendida observando-se a maneira afetiva e cognitiva pela qual o homem utiliza um determinado lugar. O espaço é considerado, assim, um espaço vivido, pois estará carregado de experiências sensório-motoras, tátil, visual, afetiva e social, que, por meio das relações estabelecidas com ele, originam um conjunto de significações com valores culturais próprios.

Considerando esta relação, o espaço aparece como uma linguagem que comunica uma mensagem sobre os seus ocupantes, sobre as suas funções e não apenas como um espaço que se reduz às suas propriedades materiais. Um edifício, por exemplo, representará uma biografia social dos habitantes que o ocupam e do bairro em que se situa. Neste sentido, ao observarmos os sinais de degradações dos edifícios de habitação social, como portas maltratadas, escadas danificadas, caixas de correio arrancadas, veremos que estes são sintomas de uma “relação degradada”, representando no espaço a sua vida difícil.

Compreendendo a relação no espaço vivido, observamos que os lugares possuem significados ligados às representações sociais que deles se fazem. Um imóvel arruinado onde os habitantes não se conhecem e onde se praticam atos de vandalismo, que fazem as pessoas ficar inseguras, mostra a relação insatisfatória dos ocupantes com o lugar que habitam. Este fato pode revelar então os modos de vida sentidos de forma negativa.

Pode-se dizer, assim, que as relações no espaço estão ligadas às experiências sociais, pois mostram uma dinâmica de relacionamento muito emaranhada, ou seja, o espaço modela os indivíduos que, por sua vez, modelam o espaço ao seu modo.

Situações próprias determinam cada lugar organizado que passa a representar um quadro. De acordo com Barker (1968), denomina-se a idéia de “*behavior setting*”, que seria uma espécie de base topológica de origem sociocultural dentro da qual as interações entre as características físicas e os fatores culturais de um determinado lugar estabelecem as condutas que ali se desenvolvem. Sob esse aspecto pode-se entender melhor a natureza e o tipo de interdependência que acontece entre o espaço e o comportamento. Na realidade esta visão mostra que o nosso comportamento está ligado aos constrangimentos impostos pelo espaço, mas

as relações que podemos estabelecer não são o resultado direto de uma determinada influência do espaço. Assim, em cada espaço existe um campo dos possíveis e cada um deve encontrar a sua conta, determinando o seu lugar e nele organizando o seu comportamento que deverá estar adaptado à situação socioespacial.

O espaço vivido permite salientar o quanto são importantes as relações internas. O jogo entre os lugares e as nossas condutas realiza-se sempre, pois, se de um lado o espaço encontra-se repleto de atributos que exercem influências, de outro lado é vivido através de usos, cujo sentido se lê na capacidade que temos de agir sobre um lugar ao mesmo tempo em que nos adaptamos a ele.

2.3 Características da Relação no Espaço

Segundo Fischer duas características inseparáveis determinam, portanto, as relações no espaço. De um lado, o meio é organizado pelo homem segundo os muitos fatores de aprendizagem e um conjunto de regras sociais, de outro lado o espaço produzido pelo homem apresenta características materiais e funcionais que satisfazem às exigências dos grupos que ali estão.

O conjunto das interações concretas que se realizam no cotidiano estabelece o ambiente: habitação, bairro, rua, supermercado, oficina, etc. Por não haver uma relação única entre os aspectos físicos do espaço e as conseqüências psicossociais produzidas por ele, trata-se menos de registrar os elementos do espaço sob o aspecto de relação causal sobre o comportamento que, de indicar as dimensões da relação no espaço influenciadas pela situação social em que estão as pessoas. É possível encontrar a ligação entre a estrutura do espaço e a estrutura social, observando as inúmeras interdependências que tornam o espaço um sistema mediador e também transitivo das relações dos indivíduos com a sua condição e com a sociedade.

Pode o espaço ser considerado uma manifestação da realidade social. Porém, na realidade, que relação há entre espaço e realidade social? Se através de uma implantação física, de funções e atividades, o espaço pode ser interpretado como uma manifestação, a sua estrutura social não é diretamente estabelecida pela lógica que essa implantação deixa a entender. Esta implantação nada mais é do que um suporte, um aspecto de sua manifestação, não podendo então terminar numa

relação simétrica entre a estrutura social e a estrutura espacial. Assim, a cultura de uma sociedade, de um grupo ou de uma instituição é que determinarão a dinâmica da relação entre estrutura social e espacial.

Baseando-se na divisão das diferentes categorias sociais e das suas atividades, em alguns casos, a relação no espaço serve como sistema de classificação. Assim, por exemplo, o local onde se trabalha, a cidade onde se mora, fazem parte integrante da construção social da identidade. Portanto, para representar o seu estatuto, indica-se o bairro onde se mora.

O lugar deve ser considerado como um espaço-tempo, para que, dessa maneira, as relações sejam interpretadas de modo integrado. Muitas vezes o tempo de ocupação é que determina o uso de um lugar. Quando as pessoas moram longe do seu trabalho, a sua casa é o lugar que menos ocupam e utilizam, em virtude do afastamento e conseqüentemente do tempo que precisam para se locomoverem de casa até o trabalho. Por isso, a relação num determinado lugar só pode ser considerada se os outros lugares onde o indivíduo passa o seu tempo forem levados em conta, ou seja, são as redes de relações em espaços-tempos que definem as relações no espaço. Um mapa dos espaços-tempo, nos quais um indivíduo costuma evoluir, considerando a sua condição social, pode originar-se nessa visão de espaço-tempo. Assim, podem ser identificados os espaços nos quais o indivíduo passa a maior parte da sua vida, os que freqüenta fora do seu tempo de trabalho, os que nunca freqüenta e não conhece mesmo estando próximos fisicamente.

Para concluir o entendimento destas relações, é necessário salientar que toda a relação no espaço deve ser situada de acordo com a escala escolhida para estudar. Em sociologia, por exemplo, a relação é tratada à escala macrossocial: o espaço urbano, o espaço social alargado ao conjunto da sociedade.

Sob o aspecto psicossocial aqui contido, a escala macrossocial é a que passa a ser considerada na relação com o espaço, isto é, escola, hospital, espaço de trabalho, habitação, etc.

2.4 Organização do Espaço e Estrutura Social

Os fatores que definem a organização do ambiente têm origem na questão das relações no espaço. Qual é a natureza dos laços entre ordenamento físico e normas sociais? Organização social e organização espacial podem ser substituídas

uma pela outra?

Convém salientar que um dos aspectos da estrutura social é a organização espacial, por haver de acordo com as normas socioculturais uma divisão de categorias sociais num determinado território, isto é, uma comunidade, uma aldeia ou um conjunto urbano formam um sistema social que recebe a influência do espaço, como separador das categorias sociais e unificador do tecido social. Assim, entre estrutura social e organização espacial existirá uma correspondência, ou seja, a formação de um espaço mostra que a afetação dos lugares está ligada com a estrutura hierárquica que a determina. Desta maneira, muitas vezes, o sistema espacial, de alguma forma, revela a estrutura social e a organização espacial se realiza por meio das variáveis tratadas por uma situação socialmente definida. Por isso essa situação é o verdadeiro operador sócio-espacial que interfere para dar significado social às configurações territoriais.

Podemos dar como exemplo a organização dos escritórios, cuja formação partiu do conceito de espaço fechado e acabou por mostrar-se em termos de espaço aberto. Esta evolução se baseia na idéia de comunicação como a nova norma social do trabalho que comandou pouco a pouco as relações e as atividades, mostrando-se por meio de dispositivos espaciais (supressão de divisórias, distribuição aproximada de gabinetes), que uma vez instalados estabeleceram uma nova maneira de fazer, que se baseou no desenvolvimento da comunidade facilitada por esse sistema.

Se, no entanto, tivermos como exemplo a relação de vizinhança nos grandes conjuntos, poderemos notar que entre os dois pólos citados anteriormente há pouca correspondência. Podemos observar que um grupo social, que um conjunto habitacional, não fará disso um impedimento para que os membros desse grupo se vejam, pois as relações são valorizadas. Já um outro grupo, da mesma camada social, que não valorize as relações de vizinhança, usará o grande conjunto como impedimento para estabelecer relações. A diferença dependerá do histórico das relações comunitárias estabelecidas, em torno de comissões condominiais e semelhantes.

Assim, quando as relações de vizinhança são valorizadas socialmente, não é necessário haver uma coincidência entre essa qualidade relacional e a qualidade espacial que lhe seria correspondente.

Concluimos com tais exemplos que são mecanismos de atribuição que vão especificar a natureza do espaço como sistema de influência social, ou seja, é a

maneira como esses mecanismos articulam uma variável espacial com um elemento de um sistema social que determina a natureza e o grau de influência.

Se houver efeitos contraditórios do estabelecimento de uma congruência funcional entre uma organização social e uma organização do espaço, as relações serão consideradas mais ou menos satisfatórias. Para que se possa estabelecer o pólo social e o pólo espacial, torna-se necessário mencionar as normas sociais e os valores em presença.

Assim, se uma determinação social tem influência sobre a organização do espaço, assim também uma determinada organização do espaço pode formar um sistema de influência, propiciando adaptações sociais novas que provocam um comportamento, o qual propiciara um novo espaço, mais satisfatório.

Dentro dessa visão, observamos que todo espaço organizado tem função de caminho para a expressão de condutas sociais, ora tiradas das normas envolventes, ora elaboradas pouco a pouco como reação a uma situação. Dessa maneira entendemos que um indivíduo pode avaliar a sua própria condição, baseado num determinado ordenamento físico. Assim, se ele tiver como pano de fundo um ambiente pobre, banalizado e monótono, a sua conduta poderá ser de insatisfação. Por isso, viver em grandes conjuntos, onde todos os alojamentos se assemelham e onde todos têm as mesmas insatisfações, é uma situação social que os indivíduos consideram como empecilho para qualquer realização satisfatória.

O grande efeito de um espaço é entendido, se considerarmos a organização social que o subtende, pois não podemos reduzir o espaço a uma unidade independente da visão psicossocial, mas sim um objeto construído socialmente e não apenas um objeto neutro.

3 AS DIMENSÕES PSICOSSOCIAIS

Os elementos de definição vistos anteriormente serão agora retomados e aprofundados. Consideremos, segundo Fischer, o espaço em três dimensões principais, que são: psicológica, cultural e social. A dimensão psicológica entende o espaço através do lugar que o corpo ocupa, pois a partir do seu corpo o indivíduo mantém com o espaço uma distinção entre espaço exterior e espaço interior. Esta visão psicológica do espaço tem vários aspectos: a importância do lugar do corpo, o fato da organização do espaço ser função do desenvolvimento humano, o fato da relação no espaço ser a expressão de certas patologias.

A visão cultural parte de sistemas de valores característicos de uma sociedade e, assim, considera as formas e usos do espaço.

A dimensão social mostra a influência do espaço nos fenômenos sociais, como suporte e mediador.

3.1 A Dimensão Psicológica

Os lugares exteriores ao indivíduo, ao seu corpo, e onde as atividades se realizam junto a sua maneira de ser, definem o espaço material na visão psicológica.

O espaço é também caracterizado como espaço representado, imaginário. Este é o espaço que reflete uma realidade interior e não apenas uma realidade exterior material. Nele os fenômenos psíquicos são relacionados ao espaço e assim são entendidos. Freud, ao procurar mostrar o funcionamento psíquico, utilizou imagens que remetem para o espaço, mas para explicar fenômenos psíquicos que não tinham com ele relação imediata: só intervinha para apoiar a argumentação, para definir o aparelho psíquico. Pode-se concluir, assim, que por vezes o espaço limita-se a ser uma ilustração, exprimindo uma idéia ou uma realidade abstrata como, por exemplo, quando se diz que a democracia deve ser um espaço de liberdade.

Analisando melhor a visão psicológica do espaço, convém detalhar o espaço material e o espaço imaginário. De acordo com as características gerais, sob o ponto de vista psicológico, somente através do lugar ocupado pelo corpo é que o espaço poderá ser definido e entendido, o que significa que entre o espaço corporal e o espaço exterior existe uma relação que permite uma organização psíquica do

espaço, na qual veremos, no real circundante, a projeção de um eu psíquico. Então, podemos dizer que o espaço só existe quando é vivido, isto é ele precisa ser preenchido com emoções, ações e seus respectivos fantasmas. De acordo com a fórmula de ANZIEU (1985), neste sentido, podemos compreender o espaço como um "continente psíquico" de um investimento originado do corpo, que determina o espaço exterior, segundo a estrutura psíquica do indivíduo.

É necessário também abordar, com a finalidade de lembrar aspectos importantes da visão psicológica, a relação entre espaço e corpo, mostrando como a criança durante o seu desenvolvimento mantém relações particulares com o espaço, como determinadas patologias podem informar sobre a natureza da relação com os lugares, e ainda evidenciar a importância do espaço vivido.

Anteriormente foi interpretada a idéia de espaço pessoal, fazendo uso dos termos bolha e concha. O uso de tais termos serviu para destacar a importância de uma espécie de envelope psíquico que envolvia o corpo. Dentro de uma visão psicanalítica, Anzieu retomou e desenvolveu esta idéia, definindo a noção de eu-pele. Anzieu destacou que, na realidade, as experiências e as atividades da criança levam-na pouco a pouco a representar-se como um eu através das experiências vividas por ela. "Por eu-pele, designo uma figuração de que o eu da criança se serve, ao longo das fases precoces do seu desenvolvimento para se representar ela própria como eu, abrangendo os conteúdos psíquicos a partir da sua experiência da superfície do corpo" (ANZIEU, 1985). O envelope psíquico constituído pelo eu-pele mostra, segundo Anzieu, que toda a atividade psíquica se desenvolve junto à experiência corporal. Portanto, o eu-pele, envelope psíquico garante o contato do psiquismo com o mundo exterior, na medida em que exerce as funções de bolsa, de superfície, de barreira ou de interface.

De acordo com SCHILDER (1974), numa visão psicanalítica mais antiga, através da comprovação de que toda a existência humana se representa primeiro num ambiente, que jamais poderá, porém, ser considerado um puro elemento exterior ao corpo, e sim considerado como espaço ocupado pelo próprio corpo. Assim, analisa Schilder o espaço, ou seja, não há espaço que não seja o do corpo e a partir do corpo. Portanto, o espaço está intimamente relacionado com os instintos, os impulsos, as emoções e as ações e não pode por isso ser considerado como uma realidade exterior e independente do indivíduo. Através da noção de imagem do corpo, Schilder permitiu analisar a organização psíquica do espaço, já que a partir

da relação entre espaço próprio do corpo e ambiente exterior, o espaço é considerado uma realidade organizada psiquicamente. O esquema corporal foi definido por Schilder como "a representação que cada qual faz do seu corpo e lhe serve de referência no espaço." A volta da imagem do corpo que representa uma espécie de centro, o espaço vai estruturar-se, ao mesmo tempo por nós e exterior a nós, como a referência a partir da qual e em função da qual esse espaço é ou pode ser nomeado. Um processo de diferenciação estabelecido pela imagem do corpo, permite um corte e uma estruturação do espaço, no qual o eu e não-eu podem ser diferenciados.

Dentro desta visão, o espaço encontra-se basicamente focalizado sobre o eu corporal e o espaço interior, e é o envelope corporal que terá a finalidade de pôr em contato estes dois espaços.

O espaço se constitui, desse modo, num elemento decisivo no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças, o que é verificado observando-se o comportamento delas nos seus jogos, movimentos e deslocações. Assim, o desenvolvimento de uma criança só acontece se ela puder agir sobre o espaço ao seu redor. Piaget e Inhelder demonstram como o espaço é organizado progressivamente pela criança e como ela o constrói, de acordo com os estágios do seu desenvolvimento. Segundo Piaget e Inhelder, o plano perceptivo ou sensório-motor e o plano representativo ou intelectual determinam a construção progressiva das relações no espaço.

Piaget e Inhelder definem o "espaço topológico" como o espaço visto em termos de relações de vizinhança, de separação, de sucessão ou de envolvimento, com as propriedades que lhes são próprias. Sendo a relação espacial mais simples, o espaço topológico, a criança concluirá que um objeto ao mudar de orientação manterá uma forma constante e específica, acabando, assim, por situar progressivamente os objetos e sua configuração uns em relação aos outros. Temos, então, um espaço projetivo, já que entre objetos espaciais diferenciados a criança é capaz de estabelecer uma relação. Piaget e Inhelder destacam que "o espaço projetivo aparece como uma coordenação dos objetos, mas relativamente a pontos de vista determinados ou mais simplesmente como uma coordenação dos próprios pontos de vista".

Após elaborar o espaço projetivo, a criança passa a construir o chamado "espaço euclidiano", caracterizado pela elaboração de sistemas de coordenadas

onde as relações métricas são utilizadas pela criança.

Entre a elaboração do espaço topológico e do espaço euclidiano, ocorre um desenvolvimento psicológico, no qual o espaço é permanentemente construído pela criança através da sua motricidade, dos seus movimentos e das suas atividades em geral. Eis porque denomina-se a este espaço de espaço "de ação ou sensorio-motor".

Compreendendo-se como a representação do espaço é elaborada, sendo possível, de acordo com Piaget e Inhelder, compreender-se o espaço na sua elaboração progressiva.

Pode-se afirmar que o espaço perceptivo se realiza de maneira diferenciada do espaço representativo, já que o primeiro se determina em contato direto com o objeto e o segundo é a imagem que se tem do espaço, mas quando ele está ausente. Se os significantes sob a forma de símbolos (imagens) ou de sinais (palavras) e os significados sob a forma de relações pré-conceituais ou conceituais se diferenciam, existe a representação do espaço. Piaget e Inhelder definem a representação espacial como uma ação interiorizada e não mera evocação imaginada que substitui uma ação. Assim sendo, é através de etapas graduais, que acontecem até mais ou menos doze anos de idade, que se efetua a interiorização das ações espaciais, correspondendo estas etapas ao desenvolvimento da inteligência.

Partindo do espaço imaginário, na medida que interfere no modo de estruturar o mundo interior em relação ao mundo exterior, são levadas em consideração as relações espaço e desenvolvimento psíquico da criança dentro de uma visão psicanalítica.

De acordo com estudos realizados por WINNICOTT (1971), a relação que a criança estabelece com o mundo se realiza progressivamente, sendo que uma zona tampão denominada "área intermediária de experiência" é colocada entre a criança e a realidade exterior. Estruturando, assim, a realidade, surge o problema da natureza das relações estabelecidas com um mundo exterior tido como perigoso e ameaçador. A criança realiza, então, a experiência de primeiras posses através dos objetos que a ela pertencem, sendo que esses objetos não pertencem ao seu eu, mas estão em contato com um "fora" exterior a ela. Estas experiências realizadas pela criança são denominadas "fenômenos transacionais" e estabelecem uma ligação entre o dentro e o fora, determinando entre o mundo interior e o mundo

exterior uma transição por meio da importância que terão determinados objetos, como travesseiros, pontas de lenços, ursos de pelúcia, palavras, melodias. Estes objetos passam a ter grande valor afetivo em determinados momentos da vida da criança, como por exemplo, quando ela sai do seu ambiente familiar, servindo então de ligação entre a criança e a realidade que a circunda. Sendo assim, a criança através do objeto transacional constrói um espaço imaginário determinado pela sua realidade interna, ou seja, um espaço intermédio, que não é interior nem totalmente exterior e que permite à criança aprender a realidade exterior, proporcionando segurança afetiva, na medida em que a criança é capaz de defender-se contra a angústia.

O espaço intermédio permite compreender, de uma nova maneira, a experiência da criança ao deparar-se com o espaço exterior e a isto Winnicott define como "uma prova de realidade".

Segundo Fischer, no enfoque psicológico do espaço também deve-se considerar o chamado caráter "stressante" ou patogênico do ambiente. Pode-se analisar o espaço, ainda dentro de uma visão psicológica. Não é raro que as pessoas culpem determinadas características de um lugar por algum tipo de comportamento. É comum afirmar-se, por exemplo, que a vida urbana provoca comportamentos doentios/perturbações patológicas ou que os grandes conjuntos são locais de delinqüência.

Embora estas considerações possam ser relativas, não deve-se esquecer que entre os espaços e os comportamentos são estabelecidas as correspondências e as interações pelos indivíduos, isto através das características do espaço que são causadoras do stress, constituindo-se num perigo à integridade pessoal.

Um comportamento stressante pode ser determinado, por exemplo, pelo ruído, calor, densidade. A estes fatores denomina-se "stressores do ambiente" e muitos estudos estão baseados neles para explicar o caráter stressante do espaço.

Há, portanto, o fator denominado stressor que condiciona o stress, e o stress propriamente dito, que é a resposta ao estado psicológico. As respostas causadas por determinadas características de um espaço, costumam mostrar que um lugar pode possuir características não adequadas.

A idéia da sobrecarga de um ambiente foi desenvolvida para que o caráter stressante de um espaço pudesse ser entendido. Um espaço, por exemplo, que proporciona muitas e novas informações para o indivíduo, faz com que ele passe a

ter um comportamento que o proteja desta nova situação, havendo, por vezes, uma recusa das relações sociais. Como resultado dos espaços como fonte de desequilíbrio psíquico teremos a perda do sentido de responsabilidade ou a desindividualização.

A falta de domínio de um indivíduo sobre determinado espaço pode ser o ponto de partida para o stress. Ao expor alguém a um espaço onde houver, por exemplo, muito barulho e o indivíduo não puder reduzi-lo, o espaço não estará sendo dominado e assim provocará o stress.

A psicopatologia do espaço é tratada junto aos estudos sobre o espaço e o stress, de acordo com dois aspectos, ou seja, do lado patogênico de certos espaços ao ativarem ou reativarem um comportamento patológico, e o lado que parte de uma relação propriamente patológica com um determinado espaço.

O lado patogênico provém dos medos mórbidos e das chamadas fobias espaciais que determinados espaços podem causar. Entre as fobias espaciais, a agorafobia e a claustrofobia são as mais conhecidas. O medo ligado ao espaço largo, vazio e aberto caracteriza a agorafobia. O indivíduo vê no espaço aberto uma ameaça, a qual está ligada a uma experiência anterior de fracasso ou de desmembramento pessoal que é reativada através da relação do indivíduo com o espaço. Assim, os medos do indivíduo são reproduzidos no espaço aberto. Ao contrário, na claustrofobia, o medo é determinado por um espaço fechado e restrito, que também se caracteriza como uma ameaça, significando uma opressão estabelecida pelo espaço fechado.

Outros comportamentos patológicos espaciais foram também recentemente analisados ao lado das fobias espaciais clássicas. Tais comportamentos patológicos podem estar ligados à circulação em automóveis ou às viagens aéreas. A necessidade de tratar essas novas formas de medos está ligada a certas profissões nas quais os indivíduos são obrigados a incluir-se num contexto espacial e em formas de mobilidade, contra as quais se defenderiam sem que disso tivessem consciência.

O segundo ponto é marcado pelo aspecto patológico do indivíduo ao relacionar-se com o espaço. A própria relação em casa como uma forma de patologia revela a estreita ligação entre o destino do indivíduo e o da casa. A maioria dos estados de morbidez que se caracterizam pelo sentimento de insegurança pode ser determinada pela vulnerabilidade que faz com que a percepção das proteções

ambientes fique abalada, especialmente a da casa. Para FAURE (1987), entre as variações da personalidade doente e as distorções imaginárias das paredes, das portas, das janelas pode ser estabelecida uma comparação. A proteção da casa significa, então, a proteção do próprio indivíduo. Como exemplo, Faure lembra o caso de uma doente que para defender-se de supostos ataques subterrâneos construía na sua cave um muro de defesa com as próprias mãos. Tal comportamento mostra, em resposta às realidades imaginárias, que o indivíduo vivência como reais ameaças, uma conduta angustiada.

A abordagem psicológica também enfatiza a concepção do espaço como espaço vivido de outros modos, mais harmoniosos e/ou mais abrangentes que o enfoque patogênico. De acordo com Bachelard, ao reproduzir o valor poético do espaço e a sua dimensão simbólica estar-se-á vivendo o espaço.

Para compreender-se o que é espaço vivido diferentes aspectos devem ser levados em consideração. Segundo os conceitos já analisados, para Piaget e Inhelder, o espaço é "o produto de uma interação entre o organismo e o meio, na qual não se pode dissociar a organização do universo apreendido e a organização da atividade própria". O espaço, dentro dessa relação, é considerado material exterior, sendo criado através dos movimentos e das deslocamentos que se fizerem sobre ele.

Lewin (1986) considera o espaço vivido um "campo topológico". O conceito de campo salienta o fato de um espaço só existir por meio de uma série de efeitos ou de interações por ele produzidos. Para Lewin, campo são as relações que acontecem numa organização do espaço, na qual os elementos estão agindo constantemente uns sobre os outros. O conceito de espaço vital, segundo o qual todas as condutas estão diretamente ligadas a esse espaço, norteia a idéia de campo considerada por Lewin. Assim, é o espaço então considerado um campo. O espaço vivido ao mostrar que a conduta do indivíduo é estabelecida por um campo de valores nesse espaço demonstra a interdependência da pessoa com este em torno.

Através dessas interpretações de Lewin sobre as relações que envolvem espaço e indivíduo, pode-se compreender diferentes características do espaço vivido. Assim, entendemos que o espaço funciona como base psicológica, na qual os indivíduos se dispõem uns em relação a outros. Salientando a importância do espaço vivido, Lewin define espaço como uma ligação entre o espaço imaginário e o

espaço real.

Para estabelecer o espaço de um grupo, algumas etapas são consideradas por Lewin. Numa primeira etapa percebe-se que as referências do espaço corporal se perdem e que há uma extensão do eu ao grupo. Após, isto é, numa segunda etapa, presencia-se uma tentativa de encerramento do espaço do grupo. A terceira etapa revela que a distância no espaço do grupo é reduzida, ou seja, há uma tentativa de quebrar numa quarta etapa, haverá a organização do espaço, já que o grupo tomou posse do território.

Com esta organização do espaço vivido em grupo, pode-se afirmar que "o espaço, nos grupos, é o espaço do fantasma, lugar de realização do desejo e da defesa contra a angústia, em e por uma encenação, através de uma atribuição de lugares e de papéis a indivíduos figurantes".

Considerando a dimensão psicológica do espaço, é possível afirmar que a compreensão do espaço está ligada a uma formação do indivíduo como corpo em relação a lugares que são, por um lado, contextualizados pela trama do espaço como um todo, e que são, inversamente, em seu conjunto, constitutivos desse mesmo espaço.

3.2 A Dimensão Cultural

Uma vez que não há espaço sem cultura, para entender o espaço dentro de uma visão psicossocial, é necessário considerar a realidade da cultura.

Entende-se por cultura as regras que determinam o modo de ser e de viver dos membros de um grupo numa sociedade. De acordo com TYLOR (1979), a idéia de cultura que se define como um conjunto de características pelas quais se estabelecem as maneiras de viver, envolvendo conhecimento, crenças, moral, costumes e ainda hábitos e conhecimentos que o homem alcança por pertencer a uma sociedade, se evidenciou a partir dos estudos em antropologia. Pode-se dizer, assim, que não há cultura se esta não estiver ligada a uma sociedade determinada, com seus modos de viver, de fazer e de conhecer.

Por constituir-se nos modelos sociais que o indivíduo interioriza, a cultura não pode ser considerada como uma realidade neutra. Ao destacar que a cultura estabelece tipos de personalidade com expressões comuns aos integrantes de um grupo, a expressão personalidade de base empregada por LIXTON (1984) mostra

bem que a cultura não é uma realidade neutra. Sendo os comportamentos constituídos de acordo com um modelo e reconhecidamente normativo e eficaz na expressão das condutas, pode-se afirmar que não haverá em nenhuma sociedade comportamentos completamente isolados ou independentes, sendo parte das atitudes de uns indivíduos idêntica a de outros. Assim, as condutas são determinadas por um modelo cultural, mesmo que este modelo não atue sobre as diferentes categorias sociais com a mesma força.

Desta forma, os comportamentos são socializados por meio da cultura que, possuindo uma função integradora, proporciona aos indivíduos escolhas entre os valores dominantes, o que permite moldar a personalidade e dar coerência às condutas dos mesmos.

Portanto, estabelecer formas de conduta que facilitem a adaptação social do indivíduo é a função da cultura que pode ser considerada como uma gramática que ao mesmo tempo deve ser apreendida e praticada à linguagem do conjunto de uma sociedade.

A definição de Geertz (1973) sobre cultura, ajuda a salientar este conjunto de elementos, pois segundo ele a cultura é considerada "estrutura de significados historicamente transmitidos e apoiados em símbolos, um sistema de representações apreendidas e expressas em formas simbólicas com a ajuda das quais os homens comunicam, transmitem e desenvolvem o seu saber nas suas atitudes perante a vida".

Entendemos com estes aspectos, até onde a expressão de uma cultura é determinada pela atividade humana. Assim Hall (1979), acreditando nas raízes biológicas da cultura, refere-se à infracultura, designando os comportamentos anteriores construídos pelo homem até chegar à cultura como hoje é concebida.

Fischer (1994) enfatiza o espaço como um espelho da cultura e, ao mesmo tempo, mais do que um reflexo ou simplesmente devolução de imagens, um condicionador da cultura. Considera que as culturas são formadas por dois componentes indispensáveis, que são o espaço e o tempo. A formação de cada cultura é particular, pois cada cultura organiza-se a seu próprio modo, assim como possui também a sua própria linguagem do espaço que deve ter as suas peculiaridades consideradas na relação com o sistema de valores.

Para o uso do espaço na sociedade industrial ocidental, Fischer considera valores sociais como a racionalidade e a eficácia. Em outras sociedades esses

valores já não são considerados. Assim, através dessas diferenças, é possível salientar a relatividade dos sistemas culturais que estabelecem as nossas relações no espaço com maior clareza.

Deixando de lado as diferentes formas de organizar o espaço, de acordo com determinada sociedade e destacando o espaço como sistema cultural, salientando o modo pelo qual as sociedades se apresentam e se relacionam com um sistema de valores, pode-se considerar, segundo Fischer, três aspectos na formação do espaço que são: o sistema de valores que determina a organização social, o modo de vida que resulta dessa organização e o lugar do espaço corporal.

Atentando para determinados valores de uma sociedade como, por exemplo, a relação aberto/fechado que difere de acordo com as culturas, veremos a importância de fronteiras físicas ou psicológicas. Podemos dizer, assim, que no nosso sistema cultural costumamos usar artefatos físicos para delimitar um espaço, sendo que esses artefatos além de marcar, garantem a posse do território, garantindo a diferenciação do mesmo. Se, em outras sociedades, encontram-se espaços mais abertos, é em consequência do sistema social que assim o requer. O espaço é, então, organizado conforme a relação aberto/fechado de uma determinada cultura. Da mesma forma, de acordo com os aspectos socioculturais estrutura-se a relação fora/dentro. Os símbolos podem representar, assim, a intimidade num determinado espaço e de acordo com o sistema cultural, a distância poderá ter diferentes significados. Uma situação de conversa, por exemplo, limita um espaço definido que pode ser considerado um envelope psicológico no qual os que irão conversar encontram-se envolvidos

Assim, percebe-se, por meio da separação, o quanto é importante o limiar que, de acordo com as culturas, assim varia, e a partir do qual o indivíduo cria uma barreira invisível, além da qual ele passa a ser um intruso.

O espaço é então formado por estruturas fundamentais diferenciadas que são observáveis através das diferenças sociais no uso do espaço relacionadas às experiências dos indivíduos em diferentes culturas. Dentro desta visão, vemos que a sociedade ocidental considera a distância de acordo com a posição relativa dos corpos, como por exemplo, em uma conversa. Assim, a distância é um espaço vazio entre dois pólos. Já, na cultura japonesa, segundo a observação de Fischer, a distância corresponde a um intervalo considerado básico na experiência do espaço, pois trata-se de um elemento que estrutura os demais espaços ao redor de um

primeiro.

Um outro exemplo de organização do espaço na relação fora/dentro é a porta. Apesar de simples é um aspecto que pode ter muitas interpretações de acordo com o meio. Os americanos, por exemplo, costumam trabalhar de porta aberta, pois para eles isto significa estar disponível aos outros. Os franceses e alemães preferem, porém, a porta fechada, que se traduz num sentido de proteção e preservação da integridade. Assim sendo, as diferentes maneiras de utilizar uma porta significam que o trabalho também é concebido de formas diversas. Fischer considera que determinadas diferenças podem provocar mal entendidos quando impostas em culturas que não as de origem. Portanto, deve-se considerar na utilização de um espaço a cultura a que se refere.

Sob outro aspecto, de acordo com as variações culturais de que é objeto, o espaço corporal é igualmente levado em conta. A cultura ocidental considera o corpo como uma área marcada e envolvida de maneira evidente pelo envelope psíquico que tem a função de protegê-lo, tornando o espaço corporal inviolável. Já em outras culturas o espaço corporal não é considerado da mesma maneira. Para os árabes, por exemplo, o espaço pessoal se desfaz, estendendo-se à comunidade, no momento em que estiver no interior de um grupo familiar. Nessa cultura não é possível isolar-se fisicamente no seio familiar. Por isso, não há uma distância física, mas sim uma distância mental, onde manter a distância significa não expor os pensamentos e fechar-se sobre si mesmo. De acordo com essa forma de estruturar a distância, ou seja, sem a presença de barreiras físicas, pode-se explicar o porquê de nessas culturas, as situações de amontoamento não provocarem tensões. Em outras culturas, ainda são os elementos sensoriais como os gestos, o olhar e o contato mais aproximado que delimitam a estruturação do espaço e a posição do corpo, sendo essa zona sensorial que influenciará no sistema complexo das relações.

Tendo como exemplo a casa e o papel que ela desempenha dentro das culturas árabe e japonesa, Fischer exemplifica diversos aspectos culturais no espaço. O habitat, na cultura ocidental representa uma concha pessoal, na qual o indivíduo pode isolar-se do mundo exterior, identificando-se com a sua própria individualidade, de maneira mais intensa. Embora o habitat, em outras sociedades também represente um abrigo, é o meio cultural da sociedade que determina o modo como ele será utilizado. Conhecendo melhor o que caracteriza uma cultura,

como também as suas necessidades, entenderemos melhor o papel da casa dentro dessas culturas. Certas necessidades fundamentais, a família, o lugar da mulher e as relações sociais são elementos culturais que certamente influenciam a utilização do habitat.

É possível dizer, por exemplo, que as necessidades fundamentais indicadas especialmente pela alimentação, no que se refere a sua visão cultural, estão ligadas tanto à maneira como se preparam e se comem os alimentos como às posições que as pessoas ocupam ao redor da mesa.

O lugar da mulher como elemento cultural também determina o habitat. Para os africanos somente as mulheres têm direito à casa e os homens apenas as visitam, em contrapartida, em outras culturas homens e mulheres dominam o mesmo habitat.

O papel da intimidade também é decisivo, na observação de Fischer, para a organização do habitat. Assim, nas comunidades em que a intimidade não é considerada essencial, pode-se viver em grandes casas abertas onde a intimidade está ligada a uma convenção social como é o caso da cultura da Amazônia, na qual virar as costas para o centro da casa significa ausentar-se. Já nas sociedades urbanas ocidentais, a intimidade é atribuída ao quarto de dormir, e na cultura japonesa à polivalência de divisões com estruturas semifixas que permitem misturar homens e mulheres e assim passarem a noite.

Fischer salienta, dentro da cultura árabe, algumas características importantes da casa, o valor no qual se fundamentam todos os aspectos da vida e especialmente a estrutura familiar é o islamismo. Por isso a organização da casa está ligada a ele, fazendo com que o habitat represente os valores islâmicos que dizem respeito à família. Para os árabes o significado antropológico da casa está ligado ao significado da fechadura, o qual caracteriza o espaço doméstico como sagrado e inviolável. Através da visão da fechadura como elemento de formação do espaço doméstico é possível descrever os diversos aspectos da casa.

Começando pela parte externa, verifica-se que as fachadas são desprovidas de ornamentações, ao mesmo tempo que as portas e as janelas se conservam fechadas, salientando a separação com o mundo exterior. A casa é como uma concha protetora na qual, ao contrário da nossa cultura, a fachada não é um espaço de ostentação, mas uma barreira que resguarda a intimidade.

O terraço e o pátio são dois detalhes da arquitetura árabe que devem ser considerados. O terraço se constitui na representação das características espaciais

e culturais do habitat, expressando as condições climáticas e sociais.

O pátio em torno do qual a casa é construída representa o centro da casa. Sendo considerado como uma abertura do interior, representa uma resposta ao isolamento sobre o exterior e como tal realiza novamente a relação dentro/fora, fazendo com que o exterior penetre o interior por cima, pois a abertura do pátio é a abertura para o céu. Assim, o pátio é tido como o coração da casa, um espaço vital através do qual a ligação com o exterior se estabelece.

A interpretação de Fischer sobre a casa marroquina possibilita entender a ligação entre organização do espaço e atividades familiares. Fischer evidencia que o espaço é organizado de acordo com as necessidades da comunidade, com divisões que servem todas para viver, comer e dormir, são divisões plurifuncionais e comunitárias. Assim, ao contrário da nossa cultura, não existem espaços específicos a uma determinada função, como também não há um espaço pessoal, pois a intimidade não está ligada a um determinado espaço, não havendo a ninguém direitos sobre um lugar ocupado. É possível imaginar, por meio desses dados, o quão difícil seria para um árabe adaptar-se à cultura francesa, onde as tarefas escolares, por exemplo, requerem abstrair-se do espaço comunitário e exigem um espaço pessoal, o que contraria radicalmente a concepção árabe do habitat que se caracteriza pela idéia de que cada indivíduo deve de alguma maneira relacionar-se com os outros integrantes de uma comunidade.

Comparando com a cultura japonesa, Fischer verifica que há um outro conceito para o habitat dentro da noção de espaço. Para essa cultura, a organização do espaço se caracteriza por estruturas semifixas, ou seja, as paredes são móveis e as divisões polivalentes. Desse modo não são barreiras rígidas que determinam a relação entre o interior e o exterior, e a casa e o que está ao seu redor formam um único conjunto. Por isso explica-se o fato, por exemplo, de as pessoas usarem na rua o mesmo quimono usado em casa. A relação interior/exterior fundamenta-se no valor da interioridade, a partir da qual resultará o exterior, sendo que é a própria pessoa, na profundidade dos seus pensamentos, que determina a interioridade. Assim, o habitat é considerado um espaço interior, no qual a casa é o centro, constituindo-se no ponto de concentração máxima dos diversos envoltivos de interioridade, dos diferentes espaços, uns em relação aos outros. Já, o exterior simboliza tudo o que é considerado fora das normas tradicionais da sociedade, ao contrário da casa que é o lugar onde os valores da sociedade estão reunidos.

Portanto, a casa, antes de simplesmente significar um abrigo, tem o papel de ditar as regras da vida, ou seja, ela ensina a ter força para suportar o vento e o frio, em vez de apenas servir de defesa contra eles.

Assim, vistos esses aspectos culturais sobre o uso do habitat, pode-se verificar que a maneira como o espaço é utilizado, por uma sociedade, depende do sistema de valores desta sociedade e de como ela os usa para realizar as suas atividades e relações entre os membros da comunidade.

3.3 A Dimensão Social

Há entre a dimensão social e a dimensão cultural de um espaço uma forte ligação, ao mesmo tempo que representam os dois lados de uma realidade. Pode-se dizer que os comportamentos e as atividades dos indivíduos de uma sociedade, com os seus respectivos valores, atravessam o espaço, a sua organização e o seu uso social, determinando características próprias, a dimensão social do espaço mostra primeiramente que há entre a organização do espaço e o comportamento social uma relação; a seguir revela que a organização do espaço influencia certos efeitos sociais.

Os comportamentos e as relações que se realizam num dado território, e que estabelecem as ações no interior de uma determinada organização do espaço, são o que define o espaço social.

Esse espaço social é sempre considerado, por Fischer, como um espaço-tempo, independente da sociedade em questão. Os cortes realizados nas sociedades industriais e urbanas como cidade/campo, centro-cidade/periferia, local de trabalho/local de residência determinam o parcelamento do espaço e correspondem também ao parcelamento do tempo, estabelecendo o funcionamento social. E o modo do trabalho que define o valor do espaço-tempo. Sendo assim, a passagem de um *espaço-tempo fixo* a um *espaço-tempo pensado* caracteriza a sociedade industrial. Com este modelo social, há a idéia de que os espaços serão unifuncionais e desenvolverão uma estreita relação instrumental com as atividades que nele se desenvolverem. Um exemplo, para isso, seria o caso do habitat dos alojamentos sociais, o qual é concebido da mesma forma que o local de trabalho. Detendo-nos ainda mais na compreensão das características do espaço-tempo, nas nossas sociedades urbanas, é possível afirmar que este espaço-tempo mostra um

modelo no qual as atividades são concebidas, num espaço-tempo fragmentado, ainda que homogeneizado por uma lógica que se pretende única.

A percepção do tempo, segundo Fischer, na sociedade pré-industrial, era condicionada pelo espaço, isto é, o tempo era medido pelo espaço percorrido. Atualmente, o espaço é vivido por meio de uma representação do tempo, porém, a duração deste tempo já não é medida pela distância percorrida. Para compreendermos ainda melhor a oposição entre essas suas concepções do espaço social e do espaço-tempo, convém estabelecer as diferenças entre a lógica espaço-temporal do trabalho industrial e a lógica espaço-temporal das sociedades agrárias.

Fischer comenta que foi demonstrado pela antropologia que ao adotar no meio rural o uso de ferramentas modernas, cuja eficácia permite o trabalho individual, a organização dessas sociedades foi completamente alterada, no momento em que não mais precisariam trabalhar em grupos. Assim, como para essas sociedades o fundamental é realizar o trabalho de forma comunitária, ao introduzir a ferramenta moderna modifica-se a maneira de compreender o trabalho, na medida em que o grupo é deixado de lado e isola os indivíduos uns dos outros.

Pode-se dizer que existe um espaço específico para cada atividade determinada, realizando-se, assim, as relações homem-espaço. Cada espaço é, então, estruturado de maneira unifuncional, rejeitando tudo o que não estiver de acordo com a sua finalidade. Desta forma, para cada atividade será estabelecido um lugar, sendo que esta separação pressupõe a divisão do espaço.

Está o parcelamento do espaço diretamente ligado ao parcelamento do tempo. A separação do local de trabalho do local da habitação é um exemplo bem concreto disso, pois mostra a evolução das estruturas sociais. A era pré-industrial caracterizava-se por restringir a habitat familiar dos campos a uma única divisão na qual se agrupavam homens e animais para que os bovinos, na época do frio, garantissem calor aos homens. Era nesse espaço que todas as atividades familiares e econômicas se realizavam. Porém, a progressão técnica traz uma outra forma de organização da casa, que tem como a mais significativa mudança a especialização, isto é, passam a existir divisões com utilidades próprias como o quarto de dormir, a sala de jantar, a garagem,

O espaço passou a ser funcional e técnico, com aquecedores, banheiros e cozinhas altamente equipadas, mostrando todo o aperfeiçoamento industrial que garante a funcionalidade do espaço doméstico.

De acordo com as exigências de forma e de organização, as quais se devem submeter os territórios humanos, com as suas respectivas atividades como lazer, escolas, comércio, etc., assim será organizado o espaço.

3.4 O Espaço Social Como Espaço Controlado

Pode-se dizer que todo o espaço organizado funciona como um sistema de imposição, a partir do momento em que os indivíduos passam a ocupar determinados lugares que os colocam numa posição dentro da pirâmide social. Quanto menor a posição social do indivíduo, mais imposição haverá na ocupação de um lugar. A imposição na ocupação de um lugar define os lugares que podem ser ocupados por nós, como também os lugares que nos são proibidos, formal ou psicologicamente. Sendo assim, não é por acaso que ocupamos determinados lugares.

O espaço social pode, então, excluir ou integrar o indivíduo socialmente, e a primeira das regras que estabelecem o espaço social é a regra das barreiras físicas e sociais que marcam os limites materiais ou simbólicos dos indivíduos. Todo o espaço representa-se socialmente, por meio de suas fronteiras, que indicam os lugares freqüentáveis e os de má fama, os bairros ideais para morar e os que não o são. Desta forma, estas regras determinam uma estrutura de valorização/desvalorização que permite diferenciar os grupos humanos, ou como é comum afirmar, saber onde estamos pisando.

Os artifícios de separação como "a minha casa" e "a casa do outro", que expressa um fora e um dentro, demonstram de forma clara como se realizam as proibições, sendo que estas proibições determinam separações no espaço, como também regras de passagem. Assim sendo, estabelecidas as regras de imposição e encerramento, assegura-se à vida social uma estrutura espacial normativa.

Assim, cada categoria social possui a sua geografia social, que é desenhada de acordo com as características da ligação de um grupo a um determinado território. Na visão psicológica, ocorrem mecanismos de identificação a lugares, que são ocasionados pela afetação espacial, ou seja, os grupos se estabelecem conforme os locais que habitam, pois é desta forma que o apego do grupo a um espaço social é demonstrado. Pode-se dizer ainda que, sendo a categoria social que define a escolha do lugar a ser habitado, são as condições econômicas e culturais

que influirão na nossa escolha.

Assim esse sistema de imposição mostra a distribuição dos estatutos e dos papéis sociais.

Fischer afirma que a separação entre os espaços provém da especialização, ao passo que a distância é consequência da imposição. Vê-se claramente a distância, em fronteiras materiais ou simbólicas, freqüentadas somente por alguns indivíduos, em condições particulares. O tipo de território que habitamos determina a nossa relação com os outros, ao mesmo tempo em que mostra as distâncias que nos separam. O fenômeno da distância entre os grupos, produzido pelo espaço social, não é só de caráter físico, mas também social, pois além de se apoiar na proximidade ou afastamento físico, demonstram uma relação de natureza social.

Segundo VERRET (1979), ao analisar o espaço operário, verifica-se que a situação das famílias operárias fica prejudicada no que diz respeito ao seu acesso aos bens e serviços, já que é nos centros urbanos que se encontram maior diversidade de serviços.

O significado psicológico da noção de distância torna possível compreender como o espaço social é visto, de acordo com a natureza das relações que os indivíduos ou os grupos vivenciam. Assim, observando-se o espaço de vizinhança nota-se que a distância é mais fortemente sentida pelos indivíduos, quanto mais familiares lhes são os lugares. A maneira como um indivíduo é incluído na sua vizinhança, também influencia a sua percepção da distância com um grau psicológico importante, isto é, a distância é estabelecida pelas barreiras subjetivas do ambiente.

São as separações realizadas conforme as regras de distanciamento, definidas entre as categorias sociais e os indivíduos que determinarão a organização do espaço social. Estas separações fazem com que o espaço adquira um significado, por isso manter distância origina um estatuto social que permite gerir uma distância em relação ao outro. Porém, o mesmo não acontece para aqueles que não ocupam espaços valorizantes, pois uma vez que habitam lugares onde é impossível estabelecer distâncias, ficam mais expostos ao amontoamento e conseqüentemente à promiscuidade, não podendo, assim, viver como seres socialmente diferenciados.

Pode-se afirmar que há uma hierarquia em todo o espaço social, o qual possui uma organização que, conforme a realidade social, assim age sobre a

distribuição dos indivíduos dentro de um território. Num sentido amplo, a hierarquização dos estatutos sociais em função de espaços distintos pode ser representada por oposições como centro da cidade/bairros, bairro rico/bairro pobre. Oposições estas que têm o sentido de valorização/desvalorização. Observando-se este fato num campo mais restrito, como o habitat que cerca as grandes indústrias siderúrgicas ou de minas, identifica-se claramente qual espaço pertence a uma ou a outra categoria da empresa, pois os operários ocupam os lugares que estão de acordo com o princípio hierárquico que determina a sua posição no espaço de trabalho, enquanto que aqueles com posição elevada possuem no espaço social um maior domínio. Possuindo mais vantagens em espaços maiores serão diferenciados dos outros que estarão confinados a espaços pequenos e com menos conforto.

O mesmo acontece em instituições onde ocorre um espaço piramidal que afixa as posições dos indivíduos, mostrando a correlação entre a qualidade do espaço e estatuto social. Este tipo de organização ainda é adotado por várias instituições onde, ao ocupar uma determinada função, fica também estabelecido o espaço a ser ocupado, o qual refletirá a hierarquização social. Assim, por meio da inscrição dos sinais hierárquicos na materialidade dos lugares, organiza-se no interior do espaço social uma representação do poder.

É fácil verificar que- de acordo com a influência da hierarquização sobre os indivíduos em relação ao espaço ocupado, mais preso estará o indivíduo a um determinado espaço, se na escala social, ocupar uma posição mais baixa. Esta imposição dos lugares permite um maior controle sobre os indivíduos ou sobre os grupos, na medida em que se encontram fixados a um território, sendo as categorias sociais menos favorecidas, as que ficam sujeitas a um maior controle.

Decorre também da imposição dos lugares, o privilégio do poder para aqueles que dominam o espaço social por nele poderem circular livremente. Por isso, é regulamentado o movimento do pessoal em várias instituições, o que permitirá definir a sua acessibilidade, o seu funcionamento e o seu uso.

A organização do espaço permite estabelecer, através de suas maneiras, uma função de controle social. Assim, todo o espaço é para os grupos e para os indivíduos, um sistema de visibilidade e de estigmatização. O espaço realiza entre os indivíduos e o território uma identificação, sendo que o controle é exercido pelo fato do indivíduo, ao encontrar-se num determinado local, é identificado como um lugar social e conseqüentemente, como resultado da ligação entre tipo de espaço e

posição social, pertencer a uma categoria social.

4 OS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS EM SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS

Atentando para os principais processos que permitem fazer da nossa relação com o espaço o chamado espaço vivido, passo, agora, a examinar como o espaço engloba uma dinâmica individual e social.

Levando em consideração que todo o comportamento é influenciado pelo espaço no qual se manifesta, ou seja, o *behavior setting*, a psicologia, na sua visão ecológica, segundo Fischer, analisou o espaço como dinâmica individual e social. Observando-se o espaço como uma sala de aula, um hospital, um restaurante, notamos que cada um deles representa uma unidade social com características diversas que levam os indivíduos a assumirem comportamentos demonstrativos de que se encontram integrados à unidade espacial.

Um espaço social possui uma realidade objetiva com componentes interdependentes. Assim, por exemplo, a forma e a disposição das classes numa sala de aula significam não apenas uma maneira de sentar, como também a maneira de estudar, definindo formas de comportamento estáveis, independente da sala de aula em que estivermos. Assim, o sentido do lugar pode ser revelado pelo modo como o espaço é organizado, sendo que todo o espaço social representa uma unidade composta de elementos físicos que interferem com dados sociais e culturais característico dos lugares.

O caráter social de um espaço está ligado aos elementos do ambiente físico que constituem um produto social, assim como às interdependências entre os componentes físicos e o que se realiza no ambiente originando condutas determinadas.

Outra característica do comportamento sócio-espacial foi destacada por Fischer, ao observar o lugar ocupado por pessoas em torno de uma mesa, para conversas de vários tipos. Foi constatado que a forma como o espaço é ocupado depende do tipo de atividades que se desenvolverá. Sentar de frente para o outro, por exemplo, significa trabalhar em conjunto. Desta forma, a natureza social das conversas fixará a maneira de ocupar o espaço. A disposição especial nos cafés também foi observada por Fischer. Aí, a maneira como as mesas são distribuídas, implica na escolha dos lugares, sendo os lugares próximos à parede, os lugares do centro. Outra característica do comportamento sócio-espacial se refere aos lugares comumente freqüentados, onde identifica-se o comportamento do tipo "lugar

reservado".

Todos estes aspectos salientam o vivido socioespacial, ao mesmo tempo que destacam a relação entre comportamento e espaço. Para entender como se constrói esse espaço vivido, dois fatores devem ser levados em consideração. Primeiro, podemos fixar, através dos mapas mentais, as imagens que formamos do espaço. Depois, realiza-se a apropriação do espaço.

4.1 As Imagens do Espaço

Há entre o indivíduo e o espaço uma relação complexa e dinâmica, na medida em que é por meio das imagens que ele elabora do espaço que dele toma conhecimento, e assim dirige o seu comportamento, para então avaliar os diversos lugares e adaptar-se a eles.

Pode-se afirmar, dentro de uma visão psicológica, que somente por ser uma realidade apreendida e reconstruída mentalmente é que o espaço se constitui numa realidade. Os estudos sobre o conhecimento e a percepção do espaço salientam o fato de que, na sua relação com o espaço, o indivíduo estará sempre no centro, sendo que o espaço é entendido como uma dimensão da ação do indivíduo sobre ele. Portanto, descobrimos o espaço, não apenas através da observação, mas estruturando os diversos componentes desse espaço de forma que possamos apreendê-lo no tocante às impressões e aos significados que atribuímos a ele. Ao estabelecermos, a partir de um ponto de referência, relações entre o que está perto e o que está longe, estaremos percebendo o espaço. Então, ao focalizarmos um aspecto do espaço tido como fundamental para nós, demonstramos que o processo de percepção é um mecanismo de seleção baseado em diferenciações como é o caso de perto/longe.

O princípio de simplicidade constitui-se em mais uma característica do espaço, pois se os estímulos desse espaço apresentam-se duvidosos, há uma inclinação para engendrar uma percepção que esteja o mais próximo possível da boa imagem que temos do espaço, estando-se assim restabelecendo a situação de equilíbrio pode-se, então, afirmar que ao mesmo tempo que percebemos o espaço, também o avaliamos segundo critérios considerados mais ou menos normativos. Assim, se um espaço "deve" ser limpo, vamos percebê-lo conforme o grau de adequação do espaço a essa qualidade.

Segundo Fischer, é através de três maneiras específicas que a percepção pode organizar-se. A primeira delas é a cognitiva que, por meio das categorias que possibilitam apreender o espaço, estabelece o modo como tomamos conhecimento dele. A segunda é a avaliativa, que determina julgamentos referentes aos lugares e à qualidade dos mesmos. A terceira é a ativa, que usa a percepção para intervir sobre um espaço.

Os mecanismos da percepção do espaço podem ser melhor entendidos através dos estudos realizados por DOWNS e STEA (1987) que a partir do termo "mapa mental" destacam as representações espaciais e mostram como o indivíduo compreende e organiza o mundo a sua volta por meio de um processo de conhecimento deste mundo. Sendo que, à medida que o indivíduo compreende o mundo, ele codifica, armazena, memoriza e descodifica as informações que caracterizam um determinado lugar. Como resultado deste mecanismo acontece a imagem mental que dá conta da maneira como a representação de um lugar é construída por nós. Assim, formamos mapas mentais dos espaços que nos cercam (casa, escola, igrejas, ruas), tendo informações não sobre os espaços como eles são, mas sobre a maneira como pensamos que eles se apresentam.

O quadro de referência de um espaço assimilado pelo indivíduo é caracterizado por três aspectos: cada indivíduo estabelece o tipo de informações espaciais que manterá e memorizará, cada indivíduo reconstrói os estímulos de acordo com critérios próprios, cada indivíduo organiza os elementos dados, o que indica que a percepção elabora significados referentes a um espaço, os quais passarão a significativos. Entendidos estes aspectos, é possível verificar que o mapa mental é um processo não apenas de adequação da nossa percepção a um estímulo local, mas, antes de tudo, um processo que reorganiza as características de um espaço em operações mentais constituídas primeiro pela codificação e após pela descodificação.

Segundo a análise de Downs e Stea, o mapa mental é formado por meio de quatro elementos:

- o objetivo perseguido: o que é representado?
- a escala: qual a importância da representação em relação à dimensão do espaço representado?
- a perspectiva: qual o ponto de vista privilegiado?
- a simbolização: de que maneira os diferentes elementos aparecem

numa carta?

Ao representar um espaço, o objetivo, a escala, a perspectiva e a simbolização entram em jogo. Portanto, a carta mental não pode ser entendida apenas como uma reprodução dos componentes de um espaço, mas, sim, como uma forma de salientar a maneira pela qual o espaço é qualificado, reconstruído, categorizado e valorizado.

Assim, através do desenho de um bairro, por exemplo, chega-se ao mapa mental do autor deste desenho, pois o desenho acompanhado de algumas palavras, revelará a imagem que o indivíduo faz do seu bairro.

Segundo Lynch (1976), a imagem mental mostra o que se chama de visibilidade de uma cidade, que significa a organização de um conjunto de sinais urbanos que contribuem para a construção de um esquema mental coerente, por isso Fischer fez uso do mapa mental para entender as imagens que três indivíduos faziam de suas respectivas cidades. As qualidades que colaboram para essa visibilidade são também indicadas por Lynch, são elas: o grau de contraste e de distinção, a simplicidade da forma geométrica, a clareza dos pontos, a indicação da direção, a extensão do campo visual, a identificação dos elementos com a ajuda de nomes ou de símbolos. Lynch define a carta mental da cidade como a consequência das sensações imediatas e das recordações que formam a experiência dos indivíduos. Três aspectos devem ser destacados para que se possam analisar essas cartas mentais. O primeiro deles é a identidade, isto é, é possível ter uma imagem exata que possibilite distingui-la de outra, como também o seu contexto. O segundo aspecto é a estrutura, isto é, a relação espacial do objeto com o observador é completada pela carta mental. O terceiro aspecto é o significado que, em termos emocionais e informacionais, evidencia o sentido do espaço para o indivíduo.

É possível, através destes aspectos, estabelecer critérios que avaliem a qualidade da imagem que o indivíduo forma do espaço.

De acordo com estes critérios, a imagem do espaço deve ser tão importante e verdadeira, que permita ao indivíduo um campo de ação possível; deve ser tão clara e completa, que possibilite a sua visibilidade; deve conter informações não duvidosas. Deve permitir a cada indivíduo continuar a sua investigação, sendo assim flexível; e por último, deve ser também comunicável. Desta forma, a imagem mental possibilita saber como o espaço é representado, quais os elementos do espaço são mais importantes para ele.

Conforme Lynch, são os elementos estruturais como as ruas, os bairros, os pontos de referência, que vão determinar o mapa mental de uma cidade, sendo que este mapa se realiza segundo o princípio da "imagibilidade", isto é, a qualidade do espaço graças a qual ele tem hipóteses de produzir uma imagem forte. Portanto, o conjunto de sinais que permitem distinguir um bairro do outro e ao mesmo tempo identificá-lo é que constituem a imagibilidade.

Espaços sociais e institucionais podem ser compreendidos, segundo Fischer, através dessa carta mental.

Por exemplo, partindo de uma instituição hospitalar, verifica-se que os empregados interpretam o espaço de acordo com as suas atividades, com o seu tempo como empregado, com o seu local de trabalho e com os seus deslocamentos. A carta mental da instituição mostra que os deslocamentos dos empregados nunca são representados, a carta mental está ligada ao percurso real, sendo que, por isso, as ruas interiores no estabelecimento aparecem como uma fronteira entre edifícios distintos e não como uma ligação entre dois pontos. Verificou-se também através da carta mental que se tratando do seu próprio lugar de trabalho, aparecem mais elementos na imagem que o empregado forma de seu espaço, o que opõe-se ao espaço que não é o seu, ou seja, o espaço figurativo. Pode-se afirmar com isso, que somente através do papel e do interesse do empregado por uma determinada categoria é que as funções do espaço são representadas. Assim, a carta mental de um mesmo espaço será formada de acordo com o interesse de cada indivíduo seja ele médico, psicólogo ou enfermeiro. Por último, a antiguidade dos empregados também colabora para definir a carta mental, pois enquanto um espaço mais diversificado e enriquecido é mostrado pelos funcionários mais antigos, um espaço mais abstrato é revelado pelos funcionários mais novos.

O habitat é outro tipo de espaço onde a carta mental pode ser observada, o que permite saber como os habitantes vivem em suas casas.

Para compreender melhor a aplicação da carta mental no habitat, Fischer utiliza o exemplo da construção do pequeno bairro *Le Corbusier*, em Paris, em 1920. O arquiteto *Le Corbusier* foi encarregado de construir um conjunto de setenta casas, empregando uma visão funcionalista, de forma que externamente os elementos fossem standartizados e internamente flexíveis, para que se pudessem fazer combinações. Anos mais tarde foi feito um levantamento para que se pudesse saber qual a percepção dos habitantes em relação ao espaço habitado. Tal levantamento

demonstrou que a diferença entre a intenção do arquiteto e a percepção dos habitantes foi tão marcante que criou-se uma imagem conflitual que pode ser explicada da seguinte maneira: as casas foram construídas de uma forma que não se assemelhava à cultura local, por isso qualificações exóticas, como casas "um pouco marroquinas" lhes foram atribuídas pelos habitantes. Foi em parte o terraço, elemento presente em todas as casas, que fez com que os habitantes atribuíssem às casas tais qualificações. Sendo assim, a sua imagem da casa estruturava-se da seguinte maneira: nossa casa = casa marroquina, porque terraço = não é nosso = rejeição. Portanto, houve uma relação de rejeição com o espaço vivido, o que ocasionou uma imagem conflitual.

Pode-se analisar ainda a carta mental em elementos de aplicações mais largos, principalmente como a representação do espaço e do habitat. A imagem da habitação construída pelos indivíduos corresponde a uma estrutura cognitiva, através da qual os componentes do espaço são separados num fora e num dentro. Os critérios estáticos como belo, feio, sujo, colorido, servem para avaliar o exterior, enquanto os critérios de habitabilidade, como ali vive-se bem ou vive-se mal, avaliam o interior se, os indivíduos conseguem intervir sobre a habitação, conseqüentemente a representação do habitat será alterada.

Outro aspecto da carta mental liga-se ao fato de que a imagem do espaço está relacionada com o tempo e através dele é mutável. Para uma construção moderna, por exemplo, teremos uma imagem que salienta o novo, o claro, o limpo. O que é considerado moderno permite que se entenda melhor a importância que exerce o tempo na formação das imagens. Portanto, teremos uma imagem de envelhecimento das construções que resistem mal ao tempo, enquanto que nas construções limpas e não degradadas teremos uma imagem de resistência ao tempo, o que resultará num sentimento de segurança.

4.2 As Práticas de Apropriação do Espaço

Segundo Fischer, a apropriação trata de transformar e caracteriza o espaço através de relações de posse e apego. Constitui-se, portanto, apropriação num processo psicológico fundamental, que intervém e age sobre um espaço.

Expressa-se a apropriação de acordo com o modo particular de ocupar um espaço, que tem cada indivíduo ou cada grupo. Porém, como o espaço construído

impõe limitações, pode o processo de apropriação contrapor-se a elas. Assim, a apropriação está ligada ao controle de um determinado espaço por meio de transformações e à possibilidade de mudança estabelecidas pela organização de um espaço.

É possível, por meio da apropriação, realizar, de acordo com as necessidades e aspirações, uma estruturação do espaço. Assim, um indivíduo ou um grupo indica o seu modo de utilização de um lugar, como o transforma e como nele vive. Define-se a apropriação como a afirmação de um modo pessoal de ocupar, transformar e organizar um determinado espaço, sendo desta forma que um determinado lugar transforma-se em sistema de influência, fazendo com que uma habitação idêntica à outra seja ela e não a outra.

A apropriação dependerá do tipo de espaço, das suas características e ainda de quem utiliza este espaço. Os tipos de necessidades de um contexto podem ser manifestados pela apropriação, sendo, por isso, a apropriação função dos fatores individual, institucional e social.

Convém afirmar que a apropriação vai além do que é determinado pelo espaço, na medida em que se adapta ao que é estabelecido por ele, o que faz com que a relação com o espaço não seja pré-determinada, podendo o indivíduo ou o grupo inserir no espaço valores culturais, antes não incluídos.

Capaz de transformar um espaço, a apropriação caracteriza-se por constituir-se num processo conflitual, uma vez que mostra uma capacidade do indivíduo de produzir autovariação num espaço. Assim, um processo essencialmente físico, é revelado pela apropriação, que, investindo o espaço de intenções e atos, permite criar situações de refúgio, que permitem ao indivíduo fugir do cotidiano, uma vez que a apropriação cria diversidade.

A marcação e a personalização são as principais formas de expressar a apropriação.

O espaço é sinalizado pela marcação através de inscrições que irão identificar o espaço com o indivíduo que o utiliza. Funciona, assim, a marcação com um sistema de extensão psicológica do indivíduo, tomando a posse material ou psicológica de um espaço, e, então, o definindo.

Segundo Fischer, há os marcadores centrais que, sendo colocados no centro do território, determinam a sua posse, os marcadores-fronteiras que indicam a separação entre dois territórios e por último os marcadores-sinais que inscrevem a

marca pessoal num objeto ou num espaço.

E a personalização, conforme já foi mencionado, a outra forma de expressar a apropriação salientando a identidade pessoal, permite a personalização modificar e transformar um espaço através da atuação do indivíduo que utiliza este espaço. Portanto, conforme a intensidade da personalização, assim será marcada a liberdade e o controle que um indivíduo poderá exercer sobre um determinado espaço. A correlação personalização e autonomia sobre um espaço foi destacada no contexto institucional onde o grau de personalização está intensamente ligado ao nível de responsabilidade resultante do seu lugar na hierarquia.

A identidade de um indivíduo que habita um determinado território é verificada por elementos espaciais como as dimensões de um espaço, características, componentes físicos, e por elementos pessoais, como preferências, opiniões e atitudes. Assim, é função destes elementos determinar o grau de personalização.

Uma das formas de melhor ilustrar a apropriação é através da transformação que ocorre no interior de determinados espaços.

Relacionados a esta apropriação estão alguns elementos espaciais como o volume, a forma, a disposição. Porém, a apropriação dependerá primeiramente da disponibilidade de espaço, sendo interessante salientar que, muitas vezes, o espaço é tão mínimo que se assemelha a uma caixa na qual se encontra, mas da qual não podemos apropriar-nos, pois somos obrigados a adaptar-nos, de acordo com o programa previsto, tornando-se, assim, o espaço um agente que impõe às atividades e as relações. Sendo, porém, o espaço maior, os moradores terão a possibilidade de estruturá-lo conforme os seus próprios interesses. Portanto, o processo de apropriação será expressado de acordo com o tipo de concepção de um espaço. É possível compreender, então, que ocorrerá a desapropriação de um espaço, se houver uma standardização apertada. Por isso, as razões econômicas, financeiras, técnicas podem levar a desapropriação de um determinado espaço.

Pode-se observar claramente a apropriação/desapropriação nos locais de trabalho, pois nestes locais as imposições técnicas estabelecem princípios de racionalidade que consideram apenas o que é necessário e próprio para uma determinada atividade. Quem estrutura assim um espaço, não percebe o impacto psicossocial causado por esta maneira de organizar o espaço, já que a prioridade é a eficácia do sistema. No entanto, a importância da apropriação é sentida por aqueles que trabalham nestes lugares, pois uma situação de desapropriação lhes é

imposta pelo trabalho.

Os locais de trabalho onde houver marcantes codificações, limitarão a possibilidade de apropriação, pois um conjunto de proibições impedirá que isso aconteça.

Sendo a formação do espaço determinada pelo tipo de organização do trabalho, terá como resultado um tipo de apropriação onde as exigências de uma produção e de atividades uniformes para todos serão atendidas, havendo, portanto, uma relação muito próxima entre o que é prescrito e o que é realizado. Os espaços de trabalho admitem somente a apropriação unifuncional, na qual o empenho dos empregados deve corresponder ao que foi solicitado pelos patrões. Por isso, apesar de estarem num lugar agradável esteticamente, os indivíduos sentem-se como objetos, pois tal lugar não é satisfatório para eles.

Para que se possa compreender melhor como se realiza a apropriação, é importante analisar os espaços de trabalho que nos mostram o modelo pelo qual os espaços são concebidos nas sociedades industriais e como esta forma de organizar o espaço influencia diretamente a desapropriação.

4.3 A Apropriação Selvagem

Ao estudar a apropriação, Fischer constata que, de qualquer maneira ela se estabelecerá, mesmo em condições não satisfatórias. Considerando este fator contraditório, faz uma interpretação da apropriação selvagem com as suas formas e características.

Os atos de vandalismo ou ainda de degradações são entendidos como formas de agressões contra o espaço, revelando um comportamento desrespeitador contra o qual há uma reação. Porém, estes atos nada mais são do que o resultado das condições nas quais se encontram algumas categorias, condições essas que levam à desapropriação e conseqüentemente a tais atos.

É fácil compreender que, se não há condições de apropriação, ou se as mesmas não são satisfatórias, as possibilidades de apropriação se expressarão de forma selvagem e por meio de uma modalidade física particular que é o deslocamento

O termo deslocamento significa a passagem de uma energia psíquica de uma representação para outra. Pode ser relacionado ao mecanismo da apropriação, pois

uma espécie de energia de investimento igualmente se efetua na relação com o espaço. Não podendo manifestar-se de maneira satisfatória, realiza-se esta energia de forma conflitual, dando características de provocação e transgressão à apropriação.

Para exemplificar a apropriação com estas características de transgressão, Fischer examina o fenómeno das pichações, que significa uma marcação do espaço público e que se traduz como insígnia ou etiqueta. Entre os jovens de periferias urbanas ocidentais o fenómeno das pichações reclama pela apropriação de novos territórios, servindo também, tais inscrições, para delimitar a influência dos jovens sobre um determinado território urbano.

Podem as pichações, então, serem consideradas como um sintoma da desapropriação, pois o fenómeno das pichações não se traduz apenas como a exigência de um espaço físico, mas, principalmente, como a marcação de um espaço social do qual não se está incluído. A apropriação impossível de um espaço social, ao qual o indivíduo é obrigado a submeter-se é revelada pelas pichações, o que costuma ocorrer, muitas vezes, em grandes conjuntos nos quais as possibilidades de enraizamento e sociabilidade são poucas. Significam, então, as pichações uma contradição, pois é a marcação de um espaço público que justamente por ser público não nos pertence, e se é neste espaço que as inscrições são feitas, é porque este espaço mostra o fato de que os lugares de vida não estão vivos.

Aditem as pichações como marcador de espaços públicos, o aspecto da estética da desordem dentro de um espaço social onde predomina a estética da ordem, o que resultará na alteração dos padrões da estética social.

Pode-se definir, também, as pichações como um traço que alguém deixou ao partir, o que significa outra contradição da pichação, pois neste caso trata-se da presença de alguém ausente, isto é, de alguém que não tem enraizamento. Constituem-se estes traços numa manifestação dos sinais que expressam a exclusão social dentro de um espaço social valorizado e ordenado, ao mesmo tempo em que contrariam a imagem de espaço limpo e tranqüilizante.

Constituindo-se as pichações, muitas vezes, na inscrição de pseudónimos no espaço, trata-se da assinatura de jovens anónimos que por não terem lugar, não podem fazer a sua própria assinatura, passando, por isso, a não terem nome e, portanto, a usarem os pseudónimos. É possível afirmar, então, que não é permitido

alguém nomear-se num espaço que não lhe pertence e que, portanto, não tem nome, o que significa uma desapropriação do espaço vivido, na medida em que o indivíduo somente pode nomear-se com nomes que não lhes são próprio.

Havendo com o território uma relação anônima, inscreve-se no espaço social uma outra finalidade, que pode ser vista de diferentes formas. Revela, primeiramente, esta relação que o espaço público pertence aos que obedecem aos códigos de tais lugares e, portanto, não pertencem a todos, o que é habitualmente excluído do espaço público, é introduzido pela pichação. Em seguida, a pichação revela que as fronteiras entre os diversos territórios da cidade não é nítida e segura, mostra-se, então, a pichação como uma maneira de ultrapassar os limites, neutralizando as distâncias entre os espaços.

Ao mesmo tempo a relativa flexibilidade de um espaço permite estabelecer também os mecanismos de apropriação. Segundo HALL (1979) é possível destacar três tipos de organização, conforme a capacidade de que tem o espaço de adquirir determinadas formas.

A primeira forma de organização é a organização fixa, onde os edifícios construídos constituem a essência, representando esta organização o principal quadro da atividade humana. Os espaços de organização semifixas representam a segunda forma de organização, sendo os equipamentos que estruturam o espaço, como é o caso do mobiliário. O terceiro tipo de organização é determinado pelas distâncias estabelecidas pelos indivíduos nas suas relações e atividades, constituindo o espaço em bruto.

A organização fixa, representada por contornos nítidos, rígidos e na maioria das vezes sem a possibilidade de alterações, caracteriza o mundo ocidental. Outras sociedades são caracterizadas pela organização semifixa, onde o espaço é estruturado de acordo com a mutação das atividades que nele se realizam.

O arranjo do espaço, dentro dos processos de apropriação, deve ser considerado não como um quadro pré-definido, ao qual o indivíduo precisa sujeitar-se, mas sim como um quadro a ser definido pelo próprio indivíduo. Assim, considerando a apropriação como um meio de transformar o espaço, verifica-se que ela será determinada pelas possibilidades de adaptação que o espaço oferece, tratando-se, portanto, de poder transformar ou não o espaço. Para que a apropriação se efetue, é necessário que os espaços não se estruturam de forma que não possam sofrer alterações. Porém, grande parte dos espaços, especialmente os

sociais, opõem-se à apropriação, pois se apresentam definidos de maneira absoluta.

As situações que excluem as possibilidades de apropriação revelam as oposições dentre a concepção dos espaços e as necessidades de quem os utiliza, sendo a inadequação entre o espaço construído e o espaço vivido, expressada claramente pela apropriação selvagem.

Verifica-se, através do processo de apropriação que o indivíduo, ao estabelecer relações no espaço, o faz de duas formas contrárias. Primeiramente, de uma forma racional, onde se revela uma tendência fundamental do indivíduo para arranjar, isto é, colocar o seu eu no espaço onde vive por causa do seu imaginário.

Atentando para o fato de que a apropriação pode expressar uma reivindicação, na medida em que o espaço não permite nenhum tipo de alteração, é possível avaliar através deste processo, a importância do fenômeno social revelado por ele. Em contrapartida, a afirmação de uma influência que define a inscrição pessoal como a expressão de uma oposição entre a concepção funcional e o modelo humano.

Considerando os mecanismos de apropriação, observamos que uma vez constituídos, os espaços assumem significados que pouco têm em comum com as intenções de quem os idealizou, como é o caso dos projetos de arquitetos que não correspondem à realidade dos espaços. Esta separação entre espaço concebido e espaço vivido mostra que na maioria dos casos a concepção de um espaço não está ligada ao indivíduo que o utiliza, mas sim, a quem o projetou, atendendo às regras e exigências que lhes foram impostas.

Contudo, face à inadequação do espaço, não há por parte do indivíduo uma atitude meramente passiva. O indivíduo marca sua presença através de mecanismos corretores como os que caracterizam a apropriação selvagem.

Portanto, a exclusão do indivíduo do espaço no qual ele vive é compensada através de determinadas formas de apropriação. Conclui-se, com isso, que pode a apropriação ser considerada como uma forma de comunicação não verbal dos indivíduos com o seu ambiente social, constituindo-se, assim, num código que expressa a realidade a nossa volta, mostrando ainda que ao apropriar-se de um espaço o indivíduo também revela o seu mundo interior.

Necessariamente, essa apropriação reequilibradora precisa ser prioritariamente não verbal? A sua elaboração verbal não significaria um salto qualitativo nos modos pelos quais as relações psicossociais condicionam o espaço e

são condicionadas por este?

5 APROPRIAÇÃO E SIGNIFICADO DOS LUGARES

Considerando o modo como são usados os diversos tipos de espaço e os sentimentos que neles se manifestam, compreender-se-á o valor psicológico dos lugares. Assim, a diversidade dos fatores característicos de cada contexto, resultando num processo complexo, é que determinam a relação do indivíduo com o espaço.

São os significados socialmente construídos no espaço que irão definir o nosso modo de vida, assim como são também, estes códigos, determinados pela nossa maneira de viver.

Sendo o espaço estruturado funcionalmente para atividades determinadas, certas orientações e imposições são fixadas por ele, pois é o espaço que define a forma da nossa inscrição institucional e social.

Contudo, exercendo o indivíduo uma real influência sobre o espaço, este estrutura as relações como "forma" das nossas relações sociais, motivo pelo qual todo o espaço expressa significados que estão ligados tanto ao conjunto arquitetônico quanto ao contexto social, não existindo, então, numa visão psicológica, espaços vazios ou neutros. Cada espaço, através da sua organização, da sua natureza e da distribuição de objetos, adquire um significado. Sendo suficientemente claros e consistentes, estes significados determinam um certo tipo de comportamento que deverá moldar-se ao significado dos espaços.

A existência e a natureza de um repertório simbólico são também transmitidas pela relação entre o significado dos espaços com as suas funções arquitetônicas. Porém, para que o indivíduo assuma o espaço por ele habitado, não basta afetar abstratamente o significado simbólico a tal função espacial. Ainda assim, esta atribuição considerada simbólica pode ser desprezada por ele.

Como consequência do uso social dos lugares, uma outra ordem de significados ficará estabelecida: são situações sociais definidoras do estilo de ocupação do espaço. Aparecem, então, como resultado de situações embaraçosas, comportamentos como o recuo sobre si mesmo e o evitamento de contatos, característicos de tais situações.

Nota-se também que determinados valores são atribuídos às dimensões, às formas e às qualidades de um lugar. Um grande espaço será qualificado de vazio e frio, ao passo que um pequeno espaço será considerado íntimo e caloroso. Portanto,

é o aspecto material do espaço que determinará as qualidades que a ele são designadas.

O tipo de atividade e a natureza das relações que acontecem num espaço, podem também estabelecer significados a um lugar. Uma mensagem hierárquica na vida profissional, conforme o lugar de onde é enviada, assumirá um significado diferente. Assim, ao realizar-se um discurso, por exemplo, ele adquire um sentido especial, devido à ritualização das informações em determinados locais, como é o caso de uma sala de reuniões ou conferências.

Se os lugares que habitamos marcam as nossas condutas com valores específicos, a natureza das relações no espaço é igualmente determinada por fatores culturais, como por exemplo, a maneira de vestir, que será determinada de acordo com a natureza social de um lugar, como é o caso da camisa branca no escritório ou do biquíni na praia.

Considerando-se, sob este aspecto, os elementos culturais como fatores normativos do nosso comportamento, é interessante retomarmos as considerações de Fischer sobre a dinâmica da personalidade, interpretada por ele como "o conjunto dos processos pelos quais cada um 'ensaia' a sua relação com o espaço". Ela enraiza-se na estrutura imaginária do ser humano, que apreende o mundo construindo a representação própria para servir de fonte e de suporte aos significados assim formados.

Para compreender a produção imaginária, Fischer, desenvolve a idéia de projeção. Segundo ele, sob o ponto de vista da psicologia, projeção é o mecanismo através do qual atribuímos a outros os nossos próprios sentimentos. Portanto, ao representarmos o meio ambiente, o faremos de acordo com nossas emoções, valores ou expectativas, o que resultará numa representação favorável ou não, sendo que esta representação será compreendida através da interpretação das imagens e dos sinais produzidos. E o caso, por exemplo, da interpretação de certas expressões que qualificam o meio familiar, como o termo "vazio" que expressa claramente um sentimento negativo que, projetado sobre o espaço, faz com que ele tenha o significado de uma realidade sufocante e insatisfatória, que se traduz numa imagem de falta de amor ou falta de presença e, que, por isso tornam o espaço um lugar morto.

É necessário ainda destacar que os valores culturais criados pela sociedade também interferem no significado dos lugares. Assim sendo, a relação entre o

homem e o espaço não se limita apenas a uma relação material e funcional, trata-se também de uma relação que resulta num conjunto de significados sociais relacionados aos valores culturais.

A linguagem do espaço é o resultado dos significados atribuídos pela estrutura das representações. De acordo com o que os indivíduos pensam que o espaço é ou com a idealização mental do espaço, assim será a sua linguagem.

Para Fischer, três são as principais visões em torno das quais os significados do espaço se estruturam. O enraizamento mostra a relação de pertença ou de não pertença do indivíduo com o espaço. A segunda visão examina o significado de um lugar vivido como vivível ou não vivível, sendo este aspecto definido pelas condições sociais do espaço, ao mesmo tempo que, de acordo com a imposição e a liberdade, mostra uma relação dialética com o espaço. Por último, aparece a territorialidade, que, sendo o vetor da apropriação, estabelece com o espaço a relação dentro e fora.

5.1 O Enraizamento ou a Dialética Pertença/Não Pertença

Por tratar-se de uma relação que envolve intensa ligação psicológica, há uma sensação de enraizamento entre determinados lugares e a vida de cada indivíduo. Enquanto alguns espaços favorecem o enraizamento, outros o impedem

É o enraizamento um processo dinâmico que permite ao indivíduo a possibilidade de obter um espaço mínimo para viver e para trabalhar, possuindo assim, um "sítio", onde, através de atividades marcadas por suas características pessoais, exerça um domínio físico e psicológico.

Podemos dizer, assim, que através da inscrição do eu num lugar geográfico, se efetivará o enraizamento, assim como também se revelará a identidade pessoal, na medida em que ocorre a identificação com determinado lugar, como por exemplo, a minha casa. Quando, porém, não acontece esta identificação, surge um sentimento de não-integração e passamos a não ter familiaridade com o espaço que habitamos, o que resultará num fenómeno conflitual em consequência das condições não satisfatórias que levarão o indivíduo a ser excluído do espaço habitado.

Por isso, como resultado do vivido pessoal e das aquisições culturais, podemos considerar o enraizamento como um elemento de identidade do eu, que em resposta a mudanças ocorridas em si mesmo no espaço habitual da sua vida ou

no contexto mais vasto da sociedade, determina o aspecto positivo de uma inserção, ajustando-se o valor segurizante do espaço no plano psicológico e o valor integrador no plano social.

Baseando-se na visão psicológica, a concepção de enraizamento contraria a concepção funcional do espaço, pois estes são apenas locais previstos para funções. Portanto, é através do enraizamento que o espaço torna-se um valor ligado ao indivíduo.

5.2 A Habitabilidade ou a Dialética Imposição/Liberdade

O caráter vivível ou não de um espaço, permite avaliar o seu aspecto afetivo e social. Assim, baseados na organização de um espaço podemos avaliar a relação entre imposição e liberdade que na chamada habitabilidade estão entre os principais componentes.

Todas as imposições e potencialidades que existem em um espaço "arranjado" são pelos indivíduos percebidas e vividas. As sensações de fechado, de dependência e encadeamento relacionadas à vida social, são lembradas claramente pelos espaços recusados que, por não corresponderem às aspirações dos indivíduos, são considerados frustrantes, passando a representar a exclusão social. O mesmo não acontece em espaços aceites, onde predominam os valores de realização e de socialização, e que são identificados por certos prazeres ou símbolos. Apesar da oposição entre espaço recusado – espaço aceite, é possível verificar esta oposição dentro de um mesmo espaço global onde se mostrarão subespaços, que de acordo com a dicotomia valorização-desvalorização, assim serão apreendidos

A categorização dos lugares em relação a maior ou menor habitabilidade é realizada por um esquema cognitivo que desta forma assenta a relação com o espaço, funcionando como um sistema de diferenciações entre lugares considerados bons ou maus, belos ou feios, quentes ou frios.

Portanto, a qualidade das relações vividas no espaço, poderá ser avaliada pela habitabilidade, pois, de acordo com as idéias que as pessoas têm dos lugares, assim serão os valores atribuídos a esses lugares.

5.3 O Território ou a Dialética Dentro-Fora

Conforme já vimos, pode o espaço ser considerado como um território, isto é, um espaço semântico organizado por delimitações cognitivas que nos levam para a oposição do dentro-fora.

Sob o ponto de vista psicológico, todo o território organiza-se a partir de um centro determinado pela nossa posição no espaço, estruturando-se, assim, em zonas subjetivas das quais alguns círculos podem ser observados. A definição entre o meu espaço e o do outro é fixada por um primeiro círculo o qual estabelece a oposição fundamental eu-os outros. Um segundo círculo delimita um território coletivo, no qual aparecem vários territórios distintos, como por exemplo, os diferentes territórios que existem num imóvel de habitação. E por último, o terceiro círculo destaca um território identificado como um nós coletivo, como o pessoal da empresa em relação ao resto da cidade.

Portanto, relações de inclusão ou de exclusão que são veiculadas pela oposição dentro-fora, e que representam o resultado dos valores sociais e culturais de um espaço, são estruturadas pelos territórios humanos.

UNIDADE DOIS: O ENCONTRO GEOGRAFIA/EDUCAÇÃO E A REAPROPRIAÇÃO SOCIETÁRIA DOS LUGARES

Autores do campo da psicologia social que desenvolvem teórica/metodologicamente a abordagem psicossocial dos lugares costumam referir-se à geografia em termos de "fatos", mas não em termos de outro campo de conhecimentos correlatos. Isto é, referem-se a geografias de coisas e relações que contextualizam a vida dos indivíduos e grupos, mas, via de regra, desconhecem que no campo dos discursos emitidos contemporaneamente pela geografia há uma aproximação crescente e significativa em relação a essa mesma abordagem – a compreensão geográfica fenomenológica dos lugares. Esse desconhecimento, ou, mais precisamente, esse equívoco, pode ser constatado até mesmo em FISCHER (1994), que vem sistematizando a história conceitual da compreensão psicossocial dos lugares e, ainda assim, refere-se escassamente à geografia (como campo de conhecimento) e, pior ainda, refere-se a essa apressadamente, como uma ciência voltada tão somente para a compreensão do "fato" ou da objetividade do mundo físico e, nesse sentido, alheia à relação psicossocial dos indivíduos e grupos com as geografias que contextualizam as suas existências.

Por parte da geografia, parece que a compreensão fenomenológica das geografias pessoais e comunitárias – perspectiva surgida em torno da metade do século XX – permaneceu na maior parte do tempo dominada por uma compreensão demasiadamente estanque da fenomenologia, distante da compreensão de uma fenomenologia não tão somente adstrita ao registro "puro" da "pura" percepção psíquica, refratária, portanto a incorporar as fenomenologias críticas e de extrema fluidez e contato em relação a outros paradigmas epistemológicos.

Evidências desse domínio de uma fenomenologia reducionista no campo da geografia é o relativo esquecimento da obra de Frémont (que incorpora as

implicações mais dinâmicas da fenomenologia de Merleau-Ponty e, através deste, de Sartre), em favor de um predomínio massivo, na geografia de cunho fenomenológico, da obra de Yi-Fu Tuan. A esse respeito, torna-se importante destacar o trecho de Reffatti (2000):

A perspectiva fenomenológica aqui referida não se prende a uma certa tradição fenomenológica empenhada em se circunscrever à descrição do fenômeno psíquico em estado puro, tal como ele se apresenta para a consciência num determinado momento – a alheio ao contato de qualquer outra dimensão, mais social, mais objetiva – como se tal fosse mesmo possível, isto é, como se fosse mesmo possível falar da existência do fenômeno psíquico em estado puro, isolado da tecitura social e ambiental na qual esse fenômeno é gerado e com a qual ele interage. A perspectiva aqui referida é a de uma fenomenologia renovada, na acepção proposta por Guattari e comentada, por exemplo, por Alliez (1995), acepção da qual se parte e se retorna ao fenômeno psíquico, mas entre esse partir e retornar não se nega o percurso por outras dimensões que não a primordialmente subjetiva – afinal, existe-se dentro de redes, dentro de ecologias, e ao se falar em subjetividade não se pode deixar de falar em intersubjetividade e produção cultural de subjetividades. Mas igualmente é preciso enfatizar a direção inversa e recíproca, na qual a análise da tecitura social e ambiental pode reduzir-se a uma abordagem caricatamente cientificista e objetivamente coisificante, na qual se perde de vista que o homem é um ser que se constitui numa rede de discursos, o que equivale dizer: numa rede desejante, formuladora a todo momento de juízos de valor e intencionalidades, uma rede indissociavelmente marcada por essa sua dimensão ideológica e, portanto conforme define Nelson Rego (1996), para sempre movida pelas intencionalidades gostadas pelas subjetividades em interação dialógica com a ambiência intersubjetiva.

Desse modo, a dimensão fenomenológica aqui referida (em relação com a geografia) é pouco filiada, por exemplo, ao pensamento de Yi-Fu Tuan (1980 e 1983), que equaciona as relações do indivíduo com o mundo de modo excessivamente genérico, omitindo noções mediadoras como as de classe e lugar social. Ela é uma posição bem mais filiada a uma série de autores mais recentes, que trabalham a geografia de um modo que pode ser concebido como bastante próximo da perspectiva de cruzamentos metodológicos e disciplinares proposta por Guattari e Morin.

Outra evidência do predomínio de uma fenomenologia refratária a uma dimensão social, econômica e política mais concreta pode ser encontrado num livro que se tornou um clássico para a geografia brasileira nos anos 80, o *Perspectivas da Geografia*, de Christofolletti (1982), onde a título de classificar as tendências renovadas da geografia, a abordagem fenomenológica/cultural era apresentada como antagônica – e sem qualquer troca constitutiva de novos conceitos – em relação ao criticismo marxista (apresentado, aliás, como a teoria fechada, já concluída, que seria a base do que era classificado como "Geografia Radical"), Ou seja, a matriz construída por Sartre, Merleau-Ponty, Paulo Freire como uma dialética

amplificada entre fenomenologias e pensamentos críticos do social era ignorada, em favor do psicologismo desenraizante do indivíduo em relação ao social.

Contudo, mais recentemente, numa tentativa que parece vir crescendo a partir dos anos 90, a geografia fenomenológica demonstra, às vezes mais explicitamente, outras vezes mais implicitamente, vir descobrindo essa outra matriz fenomenológica, o que possivelmente se reflete em novas concepções da abordagem cultural em geografia, numa crescente valorização da geografia dos lugares e no direcionamento dessas descobertas para práxis que encontram, sobretudo, no cruzamento entre a geografia e a educação o *locus* social para se efetivarem.

Procurarei agora registrar, ainda que brevemente, essa valorização emergente do cultural e do lugar no campo da geografia e, a seguir, o desdobramento dessa valorização nas práxis educacionais. Penso que nessas práxis educacionais está sendo construído o espaço interdisciplinar para as interações entre abordagem geográfica e abordagem psicossocial, inclusive abrindo espaço para a apropriação verbal e mais elaborada dos lugares, ultrapassando o primarismo das apropriações pouco elaboradas – tantas vezes selvagens – de que nos fala Fischer.

1 GEOGRAFIA, LUGAR E CULTURA

Frémont (1980) também nos fala de geografias pessoais e grupais relacionadas a um sentimento de pertencimento cósmico – aliás, não há como deixar de notar a semelhança de muitas passagens de seus textos com passagens de Bachelard nas suas poéticas do devaneio, dos elementos alquímicos e do espaço – porém esse pertencimento cósmico não omite o entrelaçamento dos indivíduos e grupos com a concretude das relações sociais, em que estes se constituem:

A apropriação transforma os seres e as coisas em mercadoria. O espaço não foge à regra. Meio ou suporte da produção, dá lugar a transações que o uso ou o direito escrito codificam. Desde há muito que os geógrafos concederam a maior atenção ao estudo das relações de propriedade. Mas se inventariaram cuidadosamente as formas, teriam analisado sempre corretamente as regras?

Por "regras" entenda-se o que está presente no texto que contextualiza a citação: Frémont refere-se às normalizações, escritas ou não, da cultura. Toda a sua análise – por mais cósmica e bachelardiana que em alguns momentos consiga alcançar ser – jamais deixa de entrelaçar geografia e cultura através do social concreto, onde as formas e as regras da apropriação/exclusão/reapropriação estão no centro da geografia cultural que propõe, ainda que Frémont jamais cite a abordagem psicossocial de Fischer e autores próximos a Fischer, e ainda que Fischer jamais cite Frémont.

As convergências, no entanto, são evidentes:

O espaço vivido toma dimensões sociais à medida que se forma, da criança até o homem. A mãe e o pai, os irmãos, os camaradas e os professores, os parentes e as amigas, os grupos profissionais e as relações de vizinhança, mais além a sociedade regional ou o «vasto mundo» da sociedade global constituem outras tantas pessoas ou grupos que animam os círculos da vida. As relações sociais manifestam-se através de certas repartições espaciais. Inversamente, as estruturas do espaço humanizado não podem ser captadas sem referência ao conjunto das relações de sociedade (FRÉMONT, 1980).

Preocupado não apenas em valorizar genericamente a perspectiva cultural dentro da geografia, mas também em construir métodos coerentes em relação a essa perspectiva, Frémont propõe práticas que, hoje, se bem observadas, podem

ser percebidas como práticas emergentes, ou até consolidadas, na pesquisa em geografia e, muito especialmente, no ensino de geografia. Considere-se, por exemplo, a valorização do lugar e das geografias pessoais que vêm ganhando espaço pedagógico no ensino de geografia e este trecho de Frémont:

Na investigação do espaço vivido dos homens, a prática do terreno, a utilização da palavra e do olho tornam-se de novo estritamente indispensáveis. Mas, neste domínio como outros, a geografia já não pode contentar-se com práticas folclóricas. Se é conveniente não diminuir o calor das relações entre o investigador e o investigado, a abordagem do homem na sua região implica também algum rigor, sem o que relações e conclusões serão enviesadas, deformadas. As novas explorações do século conduzem-nos para fronteiras interiores do homem. Este «terreno» exigente torna necessária uma certa acomodação científica do olho e da palavra.

(...)

(...). A biografia inventaria todos os lugares freqüentados por um homem no decorrer da sua vida e restitui os valores que dá a cada um deles. Ordena em seguida uns e outros para descobrir as estruturas do território assim freqüentado, «o espaço de vida», assim como as imagens, motivações, alienações, impulsos aferentes, «o espaço vivo». Exige um conhecimento íntimo do sujeito, que uma simples entrevista não pode dar (1980).

Essa proposta de prática *para* o sujeito retorna *sobre* o objeto. Isto é, não se trata apenas de uma concessão da chamada objetividade científica para a subjetividade, mas de um enlace bem mais profundo, pois o modo de representar o espaço é também uma das forças constitutivas do próprio espaço.

E este enlace, por sua vez, retorna novamente sobre a questão da apropriação/exclusão/reapropriação:

Tomado num sentido um pouco diferente daquele retido até agora, o espaço "vivido" pode ser oposto ao espaço «alienado». A alienação esvazia progressivamente o espaço dos seus valores, para o reduzir a uma soma de lugares regulados pelos mecanismos da apropriação, do condicionamento e da reprodução social. O homem, estranho a si próprio e aos outros, torna-se também estranho ao espaço onde vive. O espaço vivido, ao contrário, deveria participar na promoção dessa idéia sempre nova: a felicidade (1980).

Essa "idéia sempre nova: a felicidade" – como afirmei, Frémont também nos fala de um homem feito de estrelas, porém solidário ao homem feito de fuligem.

Essa convergência entre o sonho e a denúncia se une a outra convergência. Enfatiza a necessidade da análise e do discurso científico, porém, coerente com o tema e a criação de métodos que não apenas falariam sobre a cultura, mas também,

em alguma medida, seriam constitutivos da cultura, enfatiza a simultânea necessidade de um outro discurso:

Os sociólogos e os geógrafos descobriram no decurso destes últimos anos a expressão «produção de espaço». Ela implica a predominância dos mecanismos econômicos na regulação e na alienação do espaço. Deveria ser substituída por um outro termo, numa perspectiva dinâmica de superação: «criação de espaço». Este supõe que ao domínio das limitações materiais se venha juntar o poder de dar vida a uma obra. Esta via difícil tende a substituir o ordenamento do espaço por uma arte do espaço. Pelo menos a acrescentar uma à outra (1980).

Digno de destaque é que essas afirmativas mais antigas de Frémont parecem ganhar uma reatualização na abordagem mais recente de Claval, para quem o tema cultural em geografia servirá, sobretudo, não exatamente para falar da diferença e da semelhança, mas para falar da *enunciação* da diferença e da semelhança – impossível não notar como esse movimento de dobradura do discurso sobre si mesmo aproxima o discurso do geógrafo do discurso do campo psi.

Claval inicia por destacar a relação com o cultural à maneira de Frémont:

A abordagem cultural sublinha o papel da comunicação na aquisição da bagagem de savoir-faire, de atitudes, de conhecimentos e de crenças de cada um. A percepção do real, os meios para modificá-lo e os sonhos, que muitas vezes servem de modelos para a ação, são produtos originados da cultura: é esta a importância desses temas (1999).

Prossegue enfatizando a teia de relações, a mútua e ininterrupta reposição entre objetividade e subjetividade, e a constante mutação dialética:

(...) a cultura designa o conjunto de savoir-faire, de práticas, de conhecimentos, de atitudes e de idéias que cada indivíduo recebe, interioriza, modifica ou elabora no decorrer de sua existência. De uma geração a outra os conteúdos mudam, uma vez que o meio físico se modifica e é apreendido, explorado, organizado ou examinado com novos meios.

(...) Cada um evolui em uma esfera que lhe é particular, feita de parentes, vizinhos, amigos encontrados na escola ou freqüentados posteriormente. A cultura não é uma realidade global: é um conjunto diversificado ao infinito e em constante evolução.

(...) Aquilo que as pessoas recebem do mundo que as circunda, ou aquilo que elas experimentam, é limitado espacialmente e traz a marca de uma época.

(...) Na concepção relacional da cultura, o indivíduo não a recebe como um conjunto já pronto: ele a constrói através das redes de contatos nas quais ele se acha inserido (1999).

Esse encadeamento de idéias leva ao que enunciei antes, ou seja, o deslocamento ou movimento de dobradura do discurso sobre si mesmo, com o enunciado que enfatiza a ação de enunciar:

Dessa maneira, a cultura não é uma realidade primeira, mas uma construção imaginada para permitir às pessoas se comunicarem, sentirem-se próximas ou diferentes, e constituírem grupos que se sentem unidos. O papel do geógrafo não é explicar o homem, a sociedade, a cultura, o espaço, mas se interrogar sobre as razões que levam os homens a construírem sistemas simbólicos que negam a distância, ou a exaltam (1999).

Gosto tanto que repetirei: "o papel do geógrafo não é explicar o homem, a sociedade, a cultura, o espaço, mas se interrogar sobre as razões que levam os homens a construírem sistemas simbólicos que negam a distância, ou a exaltam". O mesmo não pode ser dito sobre o encontro entre a geografia e a educação, e a reapropriação anímica dos lugares?

Essa reapropriação do lugar parece ser um dos eixos de uma dialética radical, capaz de pensar simultaneamente em lógicas diversas, acolhendo o mundo na medida em que cria a identidade com o lugar, ou vice-versa, e assumindo emancipadamente o *eu* na medida em que reconhece solidariamente o *outro*, ou vice-versa.

Essa simultaneidade aparece também em Haesbaert (1999) que, por sua vez, dela nos fala apresentado-a em Morin:

Na verdade, diferença ou alteridade e desigualdade ou comparabilidade não podem ser vistos de forma nem excludente, nem de modo a que uma se dilua totalmente na outra. A fronteira entre o desigual e o diferente é sutil, e o que ora é visto como diferente pode em outra situação ser visto como desigual, e vice-versa. Acaso a identidade de classe não é ao mesmo tempo fruto da desigualdade (predominantemente socioeconômica) e da diferença (predominantemente cultural)?

Trata-se de fazer coabitarem a dimensão simbólica e a dimensão funcional, as formas "contabilizáveis" e as "não contabilizáveis" do pensamento, o afetivo/emocional e o instrumental/racional. Como se expressa MORIN: Os dois modos [de conhecimento] coexistem, amparam um ao outro, estão em constante interação, como se tivessem uma necessidade permanente um do outro; eles podem às vezes se confundir, mas sempre provisoriamente (toda renúncia ao conhecimento empírico/técnico racional conduziria os humanos à morte, toda renúncia a suas crenças fundamentais desintegraria sua sociedade).

Resgatar o vínculo com a proximidade vem sendo apresentado como um modo essencial para costurar aos poucos, dialogicamente, na ação comunicativa com os pares, essa lógica múltipla, harmonizadora do que é próximo e do que é do mundo, do que é tradição com o que é mutação, podendo ser ambas – tradição, mutação – simultaneamente enunciadas como libertadoras/opressoras.

Exemplo dessa lógica múltipla, capaz de articular coexistência com resistência, e criar novas sínteses, pode ser encontrada em Suertegaray (2000), em seu exercício de assimilação de várias fontes:

O conceito de lugar induz a análise geográfica a uma outra dimensão – a da existência "pois refere-se a um tratamento geográfico do mundo vivido" (Milton Santos, 1997). Este tratamento vem assumindo diferentes dimensões; de um lado, o lugar se singulariza a partir de visões subjetivas vinculadas a percepções emotivas, a exemplo do sentimento topofílico (experiências felizes) de que se refere Yu-Fu Tuan (1975); de outro, o lugar pode ser lido através do conceito de geograficidade, termo que, segundo Ralph (1979), "encerra todas as respostas e experiências que temos de ambientes nos quais vivemos, antes de analisarmos e atribuímos conceitos a essas experiências". Isto implica compreender o lugar através de nossas necessidades existenciais quais sejam, localização, posição, mobilidade, interação com os objetos e ou com as pessoas. Identifica-se essa perspectiva com a nossa corporeidade e, a partir dela, o nosso estar no mundo, no caso, a partir do lugar como espaço de existência e coexistência.

Mas o lugar pode também ser trabalhado na perspectiva de um mundo vivido, que leve em conta outras dimensões do espaço geográfico, conforme se refere Milton Santos (1997), quais sejam os objetos, as ações, a técnica, o tempo.

É nessa perspectiva que Milton Santos (1997) se refere ao lugar, dizendo: no lugar, nosso próximo, se superpõe, dialeticamente, ao eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo.

Resulta daqui sua visão de mundo vivido local-global. Para o autor, o lugar expressa relações de ordem objetiva em articulação com relações subjetivas, relações verticais resultado do poder hegemônico, imbricadas com relações horizontais de coexistência e resistência. Daí a força do lugar no contexto atual da Geografia.

Um *locus* social onde se expressa a força do lugar pode ser descoberto e desenvolvido no encontro geografia/educação – e, certamente, não por acaso – pois não trata a educação do exercício humano de conseguir o sujeito, na rede do mundo, *dizer-se?*

2 O ENCONTRO GEOGRAFIA/EDUCAÇÃO E REAPROPRIAÇÃO SOCIETÁRIA DOS LUGARES

Se educação é o exercício humano de conseguir o sujeito, na rede do mundo, *dizer-se*, então implica num processo de reconhecer no objeto a presença do sujeito, isto é, reconhecer no objeto uma construção realizada a partir das múltiplas mediações entre os sujeitos. Isso se aplica tanto à construção conceitual do objeto, quanto ao que provisoriamente poderia ser chamado de objeto em si – as coisas e a sua história, isto é, as coisas impregnadas de intencionalidade/funcionalidade (SANTOS, 1996), entendidas tanto como resultado histórico das mediações humanas como, elas próprias, veículos para a efetivação dessas mediações. Basta pensarmos em estradas, silos, armazéns portuários, estrutura fundiária, políticas de crédito ou de planejamento urbano para darmos um sentido mais palpável, e geográfico, para esse tipo de formulação anterior mais teórica, abstrata, abrangente.

O encontro geografia/educação, na perspectiva privilegiada aqui, trataria exatamente disso: o reconhecimento dos sujeitos através dos objetos por eles construídos, seja conceitualmente, seja materialmente. Parece-me que é isso que está posto neste trecho de Callai, teórica e praticamente desse encontro:

O espaço é o lugar onde estamos, o lugar em que vivemos. Todas as coisas ocupam um lugar. Na geografia fala-se constantemente em espaço, pois a localização geográfica dos fenômenos naturais, das paisagens das cidades, das pessoas, tem sido matéria de estudo. Os homens vivem num determinado espaço, ocupam lugares, as sociedades se assentam materialmente num espaço que as circunscreve – é o seu território. Em geral, o que é considerado, no sentido de ser perceptível, é a aparência deste espaço, que no caso são as paisagens. Estas, no entanto, são apenas a aparência material, concretamente visível, do espaço, e como tal são resultado de um processo de construção onde a natureza e a vida humana geram um novo espaço, que não é mais natural, mas que acima de tudo é construído socialmente (1999).

Uma formulação que se desdobra nessa seguinte:

O espaço é o palco onde acontecem os fatos, mas é também ao mesmo tempo resultado da vida dos homens, das lutas sociais, dos interesses econômicos e políticos. E assim ele se torna um dado a mais na definição de como as coisas podem acontecer, interferindo nas dinâmicas sociais, colocando limites, ou favorecendo situações. Na verdade o espaço é ao mesmo tempo o sustentáculo material do que se sucede nos lugares e um dos elementos definidores ou facilitadores do que pode acontecer ali (1999).

"... um dos elementos definidores ou facilitadores do que pode acontecer ali". Parece-me que educação – processo de auto-descobrimto dos sujeitos – não pode prescindir desse tipo de formulação proposta por Callai, a da compreensão da existência humana na sua interdependência com as múltiplas e interconectadas mediações com os objetos.

Sendo importante ressaltar, em Callai, como essa compreensão privilegia o lugar como núcleo (existencial, social, geográfico) para a prática educacional:

Na literatura geográfica, o lugar está presente de diversas formas. Estudá-lo é fundamental, pois ao mesmo tempo que o mundo é global, as coisas da vida, as relações sociais se concretizam nos lugares específicos. E como tal a compreensão da realidade do mundo atual se dá a partir dos novos significados que assume a dimensão do espaço local.

(...)

(...). *O espaço construído resulta da história das pessoas, dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham, como produzem, como se alimentam e como fazem/usufruem do lazer. Isto resgata a questão da identidade e a dimensão de pertencimento. É fundamental, neste processo, que se busque reconhecer os vínculos afetivos que ligam as pessoas aos lugares, às paisagens e tornam significativo o seu estudo (2000).*

Essa mesma valorização do lugar como relação de pertencimento e exercício de cidadania (isto é, exercício existencial) pode ser visto também em Kaercher:

A existência de lugares que excluem pessoas são cada vez mais freqüentes no mundo atual. Até por isto os lugares com os quais as pessoas se identificam são significativos para a sua vida e para o desenvolvimento de sua cidadania. Estes lugares levam à idéia de pertencimento devido aos laços afetivos que são profundos, dando estabilidade e segurança às pessoas e tornando-as participantes, capazes de operar transformações. Ao contrário, os não-lugares produzem forte tensão na população, causada pela seletividade dos espaços, pela exclusão, pela falta de laços afetivos de ligação, pela negação ao acesso, etc. (2000).

Pode ser visto também em Castrogiovanni, acentuando o lugar como ponto de partida tanto para a centração do sujeito como para a ultrapassagem do egocentrismo primordial:

É preciso fazer a distinção entre o espaço da ação ou perceptivo e o espaço representativo: o primeiro se constrói em contato direto com o objeto, ou seja, através dos sentidos. Já o espaço representativo é construído na ausência do objeto, portanto é reflexivo. São as relações espaciais que permitem as construções e as representações do espaço. A construção das relações espaciais requer a interação do sujeito com o meio

em que vive e realiza-se através da liberação progressiva e gradual do egocentrismo primitivo (2000).

E pode ser observado também em Cavalcanti, acentuando já o caráter eminentemente interacionista e social, consolidando a ultrapassagem do egocentrismo infantil e, ao mesmo, situando a centração do indivíduo no diálogo com a rede do mundo:

Um ponto de partida relevante para se refletir sobre a construção de conhecimentos geográficos, na escola, parece ser o papel e a importância da geografia para a vida dos alunos. Há um certo consenso entre os estudiosos da prática de ensino de que esse papel é o de prover bases e meios de desenvolvimento e ampliação da capacidade dos alunos de apreensão da realidade sob o ponto de vista da espacialidade, ou seja, de compreensão do papel do espaço nas práticas sociais e destas na configuração do espaço. O que se acredita é que, ao longo da História, os seres humanos organizam-se em sociedade e vão produzindo sua subsistência, produzindo com isso seu espaço, que vai se configurando conforme os modos culturais e materiais de organização dessa sociedade. Há, dessa forma, um caráter de espacialidade em toda prática social, assim como há um caráter social da espacialidade. Além disso, o pensar geográfico contribui para a contextualização do próprio aluno como cidadão do mundo, ao contextualizar espacialmente os fenômenos, ao conhecer o mundo em que vive, desde a escala local à regional, nacional e mundial. O conhecimento geográfico é, pois, indispensável à formação de indivíduos participantes da vida social à medida que propicia o entendimento do espaço geográfico e do papel desse espaço nas práticas sociais (1998).

Esse conjunto de formulações a respeito do encontro geografia/educação e da construção do sentimento de pertencimento e cidadania dos indivíduos e grupos em relação às redes societárias do mundo, tendo por mediação inicial o sentimento de pertencimento e cidadania em relação ao lugar, nos remete muito fortemente à necessidade de formular, em níveis ao mesmo tempo cada vez mais instrumentais e cada vez mais elaborados conceitualmente, a passagem da teoria à prática, e o retorno da prática à teoria, compondo a práxis.

A esse respeito, Rego (2000), propõe os conceitos de ambiência e geração de ambiências, tomando o lugar simultaneamente como objeto de compreensão e mediação social, através da educação:

O significado do termo ambiência deseja remeter, no presente caso, a uma noção de espaço geográfico como um sistema composto por relações sociais articuladas a relações físico-sociais, espaço condicionador da existência humana e que pode, este espaço, ser eleito como objeto catalisador de ações transformadoras exatamente por este motivo – por ser

condicionador da existência humana.

O espaço vivido pode ser entendido como a rede de manifestações da cotidianidade desse sistema em torno das intersubjetividades que são, por sua vez, as redes nas quais se constituem as existências individuais – no trabalho, na escola, na família, nas outras diversas formas da vida societária. Ambiências: conjunto dentro de conjuntos, vasos comunicantes, formando a idéia de teceduras concêntricas nas quais, no centro, localizam-se em cada situação determinados sujeitos coletivos individuais em comunicação com a geografia das redes em torno, condicionando essas redes e sendo condicionados por elas.

A escola – espaço privilegiado para educar a intersubjetividade – pode ser também o espaço onde a geografia supere a disciplinaridade coisificante para se converter na produção de saberes que façam da transformação do espaço vivido o objeto catalisador de pensamentos e ações dos educandos.

O conhecimento geográfico produzido na escola pode ser o explicitamente do diálogo entre a interioridade dos indivíduos e a exterioridade das condições do espaço geográfico que os condiciona sendo esse diálogo mediado pelas dinâmicas intersubjetivas estabelecidas na relação educacional, intersubjetividades que podem chegar a acordos referentes não somente ao como compreender, mas também, em alguma medida, ao como transformar a realidade cotidianamente vivida.

A possibilidade desse cruzamento entre geografia e educação torna-se sobretudo importante num mundo em crise, crise expressa, entre outros modos, na concretude do espaço vivido através das quais as relações sociais se geografizam. É uma possibilidade sobretudo importante nas escolas das classes populares, para aqueles educandos que, em seu espaço vivido, se encontram imersos em condições adversas.

Rego destaca a importância de adotar o meio que está *em torno* (a contextualização sócio-geográfica) como suporte ou veículo para o meio que está *entre* os envolvidos (a relação humana/educacional) no processo da *educatio* – que, vale lembrar, significa etimologicamente na sua origem latina a ação de criar. Destaca que para esse encontro geografia/educação convergem aportes teóricos como os de Guattari, Morin, Milton Santos e Paulo Freire e, sobretudo, interações cotidianas entre práticas e saberes, onde acaba por se tornar impossível saber "exatamente quantos são e quem são os co-autores" de cada nova enunciação ou re-enunciação teórico/prática.

Rego faz questão de destacar a proximidade de seu pensamento com o de Félix Guattari e, nesse caso, torna-se importante registrar a semelhança de seu conceito de geração de ambiências com o de ecosofia, proposto por Guattari (1991), como uma articulação ético-política, e também estética, no sentido da inventividade de práticas e linguagens, capaz de fazer convergir as três ecologias: a do ambiente físico, a das relações sociais e a da produção subjetiva.

A respeito dessa convergência, penso que o melhor é citar a mim mesma, em trabalho anterior:

Começo com um olhar esclarecedor sobre os conceitos fundamentais desenvolvidos por Guattari (1991), autor que estende o conceito de ecologia de sua esfera tradicional para a totalidade da organização social, formulando a concepção de três ecologias entrelaçadas: a ecologia da rede de relações físico-naturais; a da rede de relações do trabalho, que transforma continuamente a natureza em natureza humanizada; e a da rede de idéias, que Guattari qualifica como uma rede de produção de subjetividade, em níveis que vão do global ao individual.

A indissociabilidade dessas três ecologias consiste no fato de que as redes de relações interferem cada uma na dinâmica das outras, numa produção cultural de valores subjetivos que demandam determinadas produções econômicas que, por sua vez, modificam os destinos do mundo físico-natural e este, dialeticamente, na condição de meio, retorna na forma de condicionamentos sobre os caracteres psicossociais de grupos e indivíduos que influenciam na sua produção. Entende-se por "meio" tanto a ambiência das ecologias sociais, quanto o meio físico da natureza modificada pela sociedade e que, tal como um espelho, devolve à sociedade – na visibilidade das paisagens por ela criadas o verdadeiro caráter de suas motivações psicossociais.

Em Guattari, a representação de mundo é um importante elemento da ecologia social, pois se trata do modo como os indivíduos – constituídos na rede social de produção de valores – representam essa mesma ambiência em que se constituem. É a partir dessa representação, geralmente subconsciente, que eles interagem com essa mesma ambiência. Exercitar essa representação de mundo, isto é, torná-la mais elaborada, mais consciente, torna-se um modo, portanto, de qualificar a própria relação do sujeito da representação com o seu mundo.

Também pautada em Guattari, ou ainda em Edgar Morin (1982), que trabalha numa via semelhante, refiro-me à concepção de uma lógica da complexidade que nos faz pensar não mais em termos de excludências entre enfoques distintos, mas em complementaridades imprescindíveis entre diferentes áreas do conhecimento. Complementaridade que se torna sobremaneira necessária em face da complexidade das interações; entre a abordagem do psicossocial e a representação da ambiência (2000).

Essas necessárias convergências acentuam novamente aquele movimento em que a teoria se arremessa em direção à prática e a prática se ultrapassa novamente em busca da teoria, naquilo que Rego denomina de geração de ambiências, e Guattari, de ecosofias.

Esse movimento precisa, então, constantemente estabelecer tensões e reciprocidades dialéticas entre interpretações e ações. A esse respeito, Rego (2002) propõe uma migração de noções hermenêuticas para o campo da geografia, acentuando esse caráter de compreensão ativa, ou instauração, no encontro geografia/educação, sobretudo através da mediação social realizada através da apropriação dos lugares.

Considerando o caráter de simultânea concisão e precisão do texto de Rego, penso que, ao invés de adaptá-lo para os meus fins, o melhor a fazer é simplesmente citá-lo em longos trechos, já que o seu escrito coincide por inteiro com

o que eu própria desejo neste momento formular, destacando aspectos sobre a explanação relativa à hermenêutica, ao caráter instaurador, ao encontro geografia/educação e a exemplificação de uma prática.

Inicialmente, gostaria de expor o que penso a respeito do ensino de geografia como uma hermenêutica instauradora. Os passos que eu vou seguir são: primeiro, refletir sobre o conceito de hermenêutica; depois, o que seria uma hermenêutica instauradora; após, a caracterização do ensino de geografia como uma hermenêutica instauradora, com algumas exemplificações relacionadas a esse ensino, ou de algumas atividades em educação, em sentido mais amplo, que tenham relação com a geografia.

Cada hermenêutica pode ser entendida como um sistema de conceitos que se definem na relação entre si e que, em seu conjunto, aplicados à análise de um texto, são capazes de enunciar aspectos desse texto inacessíveis a uma leitura restrita ao nível do apenas imediatamente manifesto. O sistema interpretativo acaba por definir o próprio entendimento do que seja texto, para além do que usualmente entendemos como sendo os textos propriamente ditos. Exemplos desses outros textos: os sonhos, as linguagens corporais, o vestuário, os costumes sociais, a arquitetura, as paisagens – cada um desses exemplos pode ser transformado em texto interpretado (objeto de leitura) para os sistemas interpretativos que os constituam como objetos da interpretação.

Portanto, o próprio entendimento do que seja texto ou objeto possível de leitura se amplia em função do tipo de hermenêutica com que se trabalha.

Porém, independente disso, se é texto escrito, ou texto no sentido mais amplo, hermenêutica sempre supõe a interpretação de um significado que estaria por trás de um manifesto primeiro. Manifesto primeiro é esse texto tal como ele se apresenta para um primeiro olhar. A hermenêutica sempre supõe uma leitura transversal, através da qual ela encontra outras camadas, para além da primeira camada. Um exemplo clássico disso são as interpretações psicanalíticas dos contos de fadas. Os textos primeiros são aquelas histórias que os contos narram, as aventuras, os enredos, os dramas. A interpretação hermenêutica seria aquela que encontraria símbolos do inconsciente, de dinâmicas do psiquismo por trás destas imagens, como fadas, bruxas, anões, gigantes, e dos enredos que as envolvem.

Temos em comum, então, a existência de um texto primeiro, ou de um texto manifesto, e a interpretação que encontra significados outros, por trás ou imanentes nesse primeiro texto. Hermenêutica seria esse processo de abertura do que está fechado. E dependendo do sistema da inter-relação dos conceitos que se faz, varia também aquilo que nós conseguimos perceber como o texto ou o objeto a ser interpretado. Essas são idéias correntes acerca do que seja hermenêutica.

Agora, eu gostaria de enfatizar uma postura especial, que é aquela que fala em hermenêuticas instauradoras, com essa postura propondo, inclusive, que as hermenêuticas se agrupariam em dois grandes blocos: as chamadas hermenêuticas arqueológicas e as hermenêuticas instauradoras. Quem propõe esse tipo de classificação não é apenas um autor, mas um que ficou, sem dúvida, fortemente assinalado como propositor deste tipo de classificação foi Gilbert Durand. Em seu hoje já clássico livro "A Imaginação Simbólica", ou no conjunto de sua obra, Durand propõe essa classificação. Hermenêuticas arqueológicas são aquelas que enfatizam o que é anterior, o que é passado a um determinado símbolo, a um texto, ou a um conjunto de símbolos que vão ser interpretados. Um exemplo bastante típico de hermenêutica arqueológica seria a psicanálise, pois ela vê num sonho, num escrito, na linguagem, na narração de um paciente, símbolos que são

resultados – sintomas – de uma história anterior. A hermenêutica, nesse caso, é arqueológica porque descobre o que estava soterrado, estava no passado e havia gerado aquele símbolo. As hermenêuticas instauradoras seriam aquelas que têm uma ênfase, ou direção, inversa: elas pegam esse determinado texto, isto é, um conjunto de símbolos, e vêem isso não como um ponto final, ponto de chegada, mas como um ponto de partida. Ou seja, a hermenêutica propõe-se ela própria como um agenciamento de futuro, ao invés de uma fixação no passado. Durand propõe como exemplo máximo de hermenêutica instauradora a hermenêutica de Bachelard, com suas poéticas do devaneio, do espaço, dos símbolos cósmicos. Durand fala nessas duas ênfases diferentes que apontam para caminhos opostos. Numa interessa esse desvendamento analítico de um passado que gerou uma determinada produção, na outra interessa o que essa produção agencia em termos de prosseguimento, em termos de futuro, como uma espécie de programa inconsciente, esboçado naqueles símbolos. Sendo que pode ser o mesmo conjunto de símbolos, ou o mesmo texto que podem ser vistos com ênfases diferentes: pela arqueológica ou pela instauradora. Como exemplo, refiro-me novamente a Durand, quando ele contrasta Bachelard e Freud. Durand refere-se à linguagem literária. Enquanto que para Freud a literatura pode ser analisada em termos de um sintoma resultante da vida do escritor e, nesse sentido, Freud vai encontrar os problemas do psiquismo, das neuroses, agindo sobre a feitura da obra literária, produzindo essa obra literária, Bachelard, ao contrário, vai enxergar na obra literária não o passado, não a história do homem que a escreveu, mas um ponto de partida para a instauração de um outro mundo, de um outro tipo de vida e sua hermenêutica, então, não é tanto uma hermenêutica que procura analisar essa literatura como se fosse uma espécie de fato último, mas sim como um ponto de partida a partir do qual ele próprio, o intérprete, pode continuar a criar outra vida, outro mundo.

Essas duas ênfases, embora opostas, não são necessariamente excludentes. Aliás, na verdade elas devem ser entendidas como complementares e eu citaria, principalmente, as interpretações de Paul Ricoeur e Gadamer, como dois autores que definitivamente não aceitam mais essas dicotomias. Eles entendem sempre que qualquer texto e qualquer conjunto de símbolos é sempre simultaneamente o ponto de chegada de uma história anterior e o ponto de partida de uma história a ser reinventada. E essas duas direções acontecem na medida em que uma reforça a outra, a invenção de uma nova história, de um novo caminho, ajuda na reinterpretação da história anterior, e a contínua reinterpretação da história impulsiona a reinvenção da nova mesma história. Essas duas ênfases, então, continuamente se interpenetram e se reconstróem dialeticamente.

Eu gostaria, agora, de tentar situar o ensino de geografia como uma hermenêutica, tanto uma hermenêutica no sentido mais tradicional, como uma hermenêutica no sentido mais instaurador. De que modo eu vejo a geografia e o ensino de geografia como hermenêuticas? A geografia e o seu ensino, parece-me, também exercem uma interpretação de um texto: ela se depara com um texto primeiro e enxerga, através desse texto primeiro, camadas de significados que não estavam enunciados num primeiro momento. E qual é o texto da geografia? O texto da geografia é o espaço geográfico. Nesse sentido, o texto da geografia é nada mais, nada menos, que o mundo visto sob a perspectiva da contínua construção do espaço geográfico. O espaço geográfico se oferece como um texto primeiro para as pessoas que nele existem, e se oferece como um texto através dos fatos desse espaço geográfico. Por exemplo, as condições de moradia, a estrutura fundiária, as relações de trabalho no campo e na cidade, as relações com o ambiente. São fatos que condicionam a vida de todas as pessoas, e as pessoas, então, têm as suas vidas mergulhadas dentro dessa geograficidade – dentro desta geograficidade que existe de fato. E elas vivem esses fatos e têm a sua vida no dia-a-dia influenciadas por eles, por

exemplo: o preço que se paga de aluguel por um imóvel, ou pela prestação da casa própria, o preço que se paga com o transporte, ou o tempo de deslocamento diário que é necessário fazer até o trabalho. São fatos geográficos que contextualizam a vida de uma pessoa e que influenciam fortemente a sua vida. Assim como os alimentos, o ar que se respira, o silêncio, ou o barulho, etc., e tantas outras condições de vida. Só que estes fatos vividos pelas pessoas, e que eu chamaria de texto primeiro da geografia, podem permanecer sempre no nível desse primeiro texto, ou de texto imediatamente manifesto – esses fatos não são inter-relacionados conscientemente pela maioria das pessoas, no seu dia-a-dia.

O que seria então a interpretação geográfica? Seria exatamente essa hermenêutica, no sentido de que ela tem esse texto primeiro, que é o espaço geográfico, e que através de seus conceitos vai relacionando estes fatos (...).

(...) Frente a essa dificuldade sobre os modos de como abordar a complexidade, é que eu enxergo uma atitude que me parece emergente dentro do ensino de geografia, que é a entrada nessa rede da complexidade a partir da perspectiva local, ou seja, a partir do mundo mais proximamente vivido, valorizando a pesquisa e a ação locais. Ou seja, a pesquisa local de como o espaço se apresenta muito concretamente em torno de um determinado coletivo de sujeitos.

(...) Esse sujeito colocado num centro relativo cria uma espécie de perspectiva hierarquizada dessa rede complexa da geografia. Essa primeira rede, no entanto, percebida como um retângulo não apresenta uma porta de entrada evidente, ou seja, uma abordagem evidente.

Quando ela é transformada por esse vórtice da perspectiva local, estabelece uma espécie de hierarquia, ou seja, há um sujeito social que se colocou no centro de sua geografia e, a partir dessa posição, desse centro relativo ocupado por ele, ele enxerga, então, as relações do espaço geográfico articuladas em torno da sua existência concreta. Mas isso ainda não seria o suficiente para resolver o problema da abordagem, de como entrar nessa rede. Porém aí nós já estamos a um passo de uma solução. E que este sujeito social que se colocou como centro relativo de uma geografia é sempre um sujeito também que está inserido dentro de uma história em andamento, portanto, há um encadeamento de acontecimentos e esse encadeamento de acontecimentos, que pode ser chamado de uma perspectiva acontecimental, dará a esse sujeito social a necessidade de certas ações e essa necessidade de certas ações pode se tornar o fio condutor da sua entrada nessa rede complexa da geografia, permitindo, a partir dessa entrada fazer um percurso onde ele vai passando pela complexidade, a partir das necessidades postas pela vida cotidiana em que ele está inserido.

(...) Como terceiro exemplo, eu gostaria de expor o ensino de geografia numa sala de aula regular, sem essas situações bastante especiais de aprendizagem. Gostaria de me referir às escolas que trabalham muito com essa perspectiva do local. Mais especificamente, a experiência que já vem há alguns anos aqui em andamento em Porto Alegre, que é a das escolas cicladas e que procuram ter uma pedagogia freireana que explicita a valorização da realidade local e do mundo vivido mais proximamente. As escolas cicladas procuram, no início de cada ano, levantar temas geradores com a comunidade. E quando eu digo a comunidade, quero dizer bem mais do que os alunos da escola, mas todo o bairro ou vila onde essa escola se insere. Fazendo questionários, fazendo entrevistas, dialogando com a população, com os pais, com os moradores, com as associações de bairro, vendo quais são os temas que essa comunidade gostaria que a escola trabalhasse com seus filhos. Construindo, assim, essa perspectiva local e, a partir dos acontecimentos que se apresentam naquele momento, a partir, então, da fala da comunidade, essas escolas procuram trabalhar esses lemas propostos pela comunidade. Muitas vezes adotando como recurso destacar determinadas falas literais, a respeito de como a comunidade falou de seus problemas, e devolvendo essas falas para a comunidade, ou

colocando aquelas frases como sendo a sinalização que norteará a ação da escola naquele ano. Valorizando, portanto, exatamente isso: a fala da comunidade – tal como ela foi dita, quer dizer, colocando a citação textual da comunidade, selecionando alguma determinada frase. Eu cito como exemplo a experiência que me é relatada por outra de nossas alunas aqui no Mestrado, que é a Gisele Laitano que, na sua escola, no bairro Restinga aqui em Porto Alegre, junto com outros professores levantou os temas da comunidade e a comunidade, entre vários temas, destacou, sobretudo o problema da violência e das drogas, dizendo que aquela é uma vila muito violenta pela presença dos traficantes e por toda a violência que decorre do tráfico de drogas e do uso de drogas, inclusive o controle da vila por traficantes. A comunidade manifestou que a escola de alguma maneira deveria abordar esse assunto. Foi selecionada uma frase que dizia "a vila é um centro de drogas". Essa frase foi transformada na frase título daquele ano na escola: "a vila é um centro de drogas". Esse era o ponto de partida, era a perspectiva acontecimental, era o problema local que expunha o encadeamento de acontecimentos que naquele momento afligiam e chamavam à atenção da comunidade. Como é que isso foi sendo trabalhado durante o ano? Num primeiro momento os professores da escola e a Gisele, particularmente, na sua aula de geografia, procuraram fazer o levantamento dos fatos que comprovavam a vila como um centro de drogas. Isso foi feito através das manifestações dos alunos, de depoimentos de pais, de professores, de pessoas da comunidade, dizendo o que elas sentem sobre isso. Quer dizer, elas puderam ter a oportunidade, enfim, de relatar os fatos do cotidiano, fatos de violência, fatos de intimidação relacionados com essa questão das drogas. Já num momento seguinte, já não é a simples documentação e sim a exposição dessas falas para própria vila que é realizada. Então nós já estamos num momento mais avançado: primeiro foram colhidos os elementos que comprovam uma afirmação, mas depois já está se expondo para a comunidade o discurso das pessoas que se sentem atingidas por essa situação, e que se manifestam contrárias a isto. Então, nesse momento, nós já temos uma espécie de interferência direta sobre a realidade, numa tentativa de alguma mudança dessa realidade. As pessoas têm a coragem de falar, elas começam a falar, elas começam a dizer o que desejam e o que não desejam. Mas não pára por aí. O terceiro momento é assim: uma vez que se fez essa espécie de catarse do problema, isso abre lugar a uma nova atitude, de não só denunciar o que é problemático, mas introduzir uma nova pergunta – mas será que é só isto que têm na Restinga? Será que não existem outras coisas na Restinga? O que mais tem na Restinga? Afinal algumas dessas outras coisas já tinham aparecido nas falas anteriores. O que são as outras coisas que mostram que a Restinga é um lugar que também tem coisas boas, que também gera boas perspectivas para os seus habitantes? Começam a ser destacadas as outras coisas que têm na Restinga, que é uma certa vida comunitária ligada às escolas de samba, ligada ao movimento Hip Hop, ligada às próprias reivindicações comunitárias, um certo sentimento de comunidade expresso através do lazer, através de times de futebol, de jogos e de várias formas de sentimento comunitário. Passa-se a destacar que a Restinga é um centro de artes, de criação cultural, de pessoas interessadas em uma série de práticas de vida que não são aquelas práticas habituais relacionadas ao tráfico de drogas e à violência. Chegam ao ponto, até mesmo, de complexificar a questão das drogas, percebendo que, numa certa medida, o tráfico preenche o vácuo deixado tantas vezes pelo poder oficial instituído, com o tráfico promovendo até mesmo um certo assistencialismo em relação à vida cotidiana. Portanto, abre a perspectiva de uma compreensão crítica mais ampla, na medida em que os traficantes ocupam o lugar deixado vago pelo Estado constituído. Isso não se constitui em nenhuma exaltação do tráfico, mas numa denúncia bastante grave do vácuo deixado pelo Estado – a compreensão do problema vai, portanto, se complexificando. Nesse momento, também, já são feitas manifestações daquilo que é positivo na

Restinga, como essas manifestações culturais, como essas criações artísticas e como essa vida comunitária que se estrutura em lazer e em busca de reivindicações junto ao poder público. E também surge uma nova direção nesse trabalho pedagógico, direção constituída pela pergunta: mas é só a Restinga que é um centro de drogas? A partir dessa pergunta, parte-se para a geografia do tráfico de drogas em outras escalas. Começa-se a perceber que a cidade inteira é invadida pelas drogas, mas não só a cidade: o país, o continente, o mundo. A Gisele, então, junto com os professores, vai procurar subsidiar os seus alunos com uma série de informações, inclusive quantitativas: quanto é que a droga movimentou financeiramente no mundo atual? Eles descobrem, então, que num cálculo estimativo, e por alto, que a droga no ano de 1991 movimentou uma quantidade igual em bilhões de dólares ao faturamento da maior multinacional do mundo, que é a GM (cento e vinte e cinco bilhões de dólares, fonte: Folha de São Paulo, 3 de agosto de 1992). Então se percebe numa estimativa, muito superficial (onde tudo indica que se realmente pudesse ser feito o cálculo mais aprofundado, verificar-se-ia que esses números são ainda maiores), que a droga não é um problema relativo apenas a uma periferia urbana de condições sócio-econômicas difíceis, mas a droga é um fenômeno mundial, dominando também os países ricos e as classes ricas de países ricos. Portanto, também começam a desfazer a imagem de que a droga é um problema de desajuste sócio-econômico das pessoas de sua classe em particular. Eles começam a se perguntar: que mundo é este? Que espécie de cultura mundial é esta que está sendo gerada, em que até aqueles que são ricos, em países ricos, também sentem a sua vida tão sem sentido, presas fáceis para o consumo de drogas?

Nesse momento já se desfez a idéia inicial, a auto-imagem negativa que aquelas pessoas tinham a respeito de sua própria vila e do seu meio social. Eles sabem do problema sério, mas sabem que esse problema atinge a outros e, simultaneamente, eles sabem também que há uma série de aspectos muito positivos na sua vila e que são aspectos que eles querem passar a valorizar, aprofundando o conhecimento e a vivência desses aspectos. Pode ser iniciada aí uma série de outras geografias, e de outras histórias e de estudos sociais relativos a outros temas, como a música, a arte, a cultura. Outros assuntos que também poderão fazer o mesmo percurso: iniciando a partir da perspectiva local, eles poderão alcançar escalas mais amplas de conhecimento, e talvez de ações.

Encontro nessa exposição teórico/prática de Rego um núcleo que assimila elementos tanto da abordagem psicossocial dos lugares anteriormente abordados, como as renovadas formulações na geografia a respeito da revalorização conceitual do lugar e das implicações dessa nova perspectiva particularmente na relação da geografia com a educação.

Há, de fato, na proposição de conceitos por parte de Rego – geração de ambiências, ensino de geografia como interpretação instauradora – um caráter definitivamente efetivador de práxis, eminentemente intervencionista, algo que extravasa da escola em direção a uma ação direta relacionada às dificuldades do contexto social.

A sua proposição de um sujeito social individual/coletivo que se assume como um centro relativo da rede do mundo, e a partir dessa centração sustenta um

processo prático de crescimento, que é tanto construtor de identidades quanto superador de egocentrismos e alienações, é uma clara convergência entre o campo psi com a compreensão das condições materiais da existência. Contribui fundamentalmente para efetivar o encontro geografia/educação, através daquela atitude teórica/prática que pode ser expressa sinteticamente naqueles termos antes referidos, através do movimento que coloca o meio que está *em torno* de nós como veículo para o meio que está *entre* nós, e que, a partir dessa ação dialógica, retorna na forma de conseqüências práticas para o meio *em torno*, que será novamente suporte dinâmico para o meio *entre*, que ... interpretações instauradoras, gerações de ambiências ...

Retomando os conceitos de Fischer – por exemplo, o enraizamento (ou a dialética pertença/não pertença) e a dialética dentro/fora (ou territorialização) – torna-se evidente como as renovadas teorizações e práticas da geografia (entre as quais, a prática de Gisele Laitano, comentada por Rego, é um elucidativo exemplo), substanciam formulações de Fischer na direção da mais importante das formulações do próprio Fischer, que é a (re)apropriação psicossocial dos lugares, através dos quais nos inserimos no mundo.

Contudo, é fundamental ressaltar que essas apropriações propostas, ensaiadas e em exercício de crescimento pelo encontro geografia/educação elevam a proposição de Fischer a um nível muito mais efetivo.

Isto é, se diante de um processo macrosocial que crescentemente produz a perda psicossocial dos lugares para indivíduos e grupos, Fischer destaca a reação pulsional, pouco verbalizada/elaborada, da reapropriação selvagem, o discurso teórico/prático do encontro geografia/educação inversamente (mas não divergentemente), destaca a invenção de modos para essa verbalização e elaboração, proporcionando alternativas para que a energia pulsional expressa como selvagem se converta e se eleve para societária/transformadora.

Se Fischer enfatiza que o comportamento é influenciado pelo espaço no qual se manifesta e que, por sua vez, esse espaço encontra-se previamente organizado como linguagens que funcionalizam as dinâmicas individuais e sociais, a atitude de tornar o meio que está *em torno* em suporte reflexivo e prático para o meio que está *entre* se constitui num exercício necessário para fazer convergir transformação do espaço com transformação do comportamento individual e social.

Histórias geográficas ou geografias históricas dos lugares em que se vivem

biografias pessoais ou familiares que se amalgamam com essas geografias históricas ou histórias geográficas, interpretações que não só interpretam o já acontecido, mas também propõe o que está por acontecer, elaboração contínua do próprio olhar e exposição desse olhar para a comunidade, e perguntas e respostas estabelecidas com a comunidade a respeito dessas exposições de olhares, e solicitações de novos olhares, através de livros compostos pela escola, desenhos, maquetes, vídeos, teatrinhos e outras manifestações sempre diversas e inventadas novamente – tudo isso, parece-me, são práticas emergentes não apenas no encontro geografia/educação, mas – também no encontro invenção/diversificação/subjetivação entre muitos outros campos educacionais, tendo por *locus* a escola, ou (extravasando a escola) a comunidade, ou simultaneamente as duas situações.

Espero não parecer pretenciosa ao propor um termo – manejo simbólico – para expressar o ato de apropriação psicossocial dos contextos que nos condicionam a existência através da verbalização/elaboração de dificuldades e alternativas por via de todos esses procedimentos educacionais que tomam o meio *em torno* como meio *entre*, para retornar do meio *entre para o meio em torno*, incluindo o lúdico e também o traumático, a interpretação do acontecido e a interpretação que inventa o *por acontecer*, as histórias geográficas e as geografias históricas que reelaboram o lugar do meu lugar na rede do mundo, as biografias dos outros, as entrevistas, os novos trabalhos de campo, os desenhos e as fotografias, o jornalzinho da escola, o teatrinho, as invenções todas, as novas e as velhas coisas – "o inconsciente permanece agarrado em fixações arcaicas apenas enquanto nenhum engajamento o faz projetar-se para o futuro" (GUATTARI, 1990).

Manejo simbólico é como brincar de casinha reflexivamente pode-se reelaborar os modos de significar a casa.

Quando no trabalho da clínica psicopedagógica, brincava com meus pequenos pacientes de desenhar e construir maquetes de lugares urbanos com carências sócio-ambientais (eram representações que eles faziam de seus cotidianos) e confeccionava com eles uma coleção de cartõezinhos monetários (cheques), com valores diferenciados, que poderiam ser distribuídos por sobre as partes do desenho ou maquete, permitindo então o refazer e o melhoramento dessa parte do desenho ou maquete, a própria insuficiência dos recursos, por nós criados gerava a situação de diálogo, elaboração individual/coletiva de prioridades e elaboração da capacidade de exposição argumentativa (uma regra importante do

jogo era que o valor estipulado para o melhoramento completo das condições era sempre mais alto que o valor que nós nos autoconcedíamos).

Nessa prática simbólica e participativa, a geografia, ao oferecer ao aluno nada menos do que o mundo como objeto de análise e compreensão, oferece, efetivamente, a dimensão da exterioridade em relação dialética com a interioridade do sujeito. Ou, em outras palavras, numa perspectiva fenomenológica freiriana, o ensino de geografia pode ser o processo pelo qual o aluno compreenda o que está em torno de si (o mundo, em diversas escalas) como algo que também está dentro de si, internalizado, algo que o constitui como pessoa. Assim, enquanto busca compreender o que está em torno de si, esse mesmo sujeito pode ter sua atenção centrada nos modos como ele pensa e age em relação a este *em torno* que, afinal, está também dentro de si. O tema gerador pode ser, por exemplo, as condições ambientais de uma periferia urbana. O que estará aí sendo discutido não é apenas o objeto aparentemente externo ao sujeito, mas simultaneamente, o próprio sujeito – Quais os caracteres do ambiente que ele prioriza como objetos de observação? Quais os que ele negligencia? Por quê? Quais as suas relações cotidianas com o ambiente observado? Que ações e novas posturas ele formula para si (e em discussão com os outros) ao tratar desse tema?

É bastante evidente a relação disso tudo com aquela já referida proposição de Guattari de que a elaboração pessoal de novas concepções sobre aquilo que nos envolve pode ter um alcance pedagógico e terapêutico muito grande em relação a estados conflituosos pessoais, que se caracterizam pelo fechamento do ser sobre si mesmo, pela suspensão do diálogo com os que estão em torno.

Conforme escrevi em trabalho anterior:

É nessa interface que a elaboração de geografias pessoais, isto é, geografias fenomenológicas, corresponde a uma apropriação que o sujeito faz de seu mundo e simultaneamente a uma abertura do ser para o mundo, que, no caso de sintomáticas pessoais em estado de conflito, se caracterizam via de regra pelo inverso, pela clausura do ser em si mesmo, pela não-percepção da importância do mesmo na rede multiforme do mundo, conforme nos pauta Guattari (1993), a partir do trabalho em sua clínica. La Borde.. (REFFATI, 2000).

O importante a destacar aqui são as semelhanças entre práticas da clínica e práticas da sala de aula, através de jogos e diversos tipos de representações da cotidianidade vivida e elaborações de juízos de valor e expressões desejantes,

constituindo uma convergência necessária, pois, se a prática terapêutica é também educacional, a prática educacional também pode ser, mesmo que subconscientemente, terapêutica, sobretudo em contextos em que a conflituosidade do indivíduo estabelece um circuito cumulativo de espelhamentos com a rejeição de seu meio. O trabalho terapêutico/educacional que, então, precisa ser desenvolvido é a transformação desse sentimento de rejeição (manifesto como apatia e/ou agressividade) em sentido de participação transformadora, relativa a esses quadros difíceis do contexto social.

Denomino de manejo simbólico a esse conjunto de procedimentos a serem continuamente reinventados, constituídos por representações, JUÍZOS e expressões desejanter - através de jogos, desenhos, jornalzinho, teatrinhos, exposições, etc., no sentido de que através do manejo do objeto que posso modificar com as minhas mãos adquire um certo "poder" sobre os outros objetos do meio, por estes objetos menores representados, com isso exercitando a passagem do sentimento de exclusão/rejeição do mundo para um sentimento de participação/transformação em relação ao mundo.

Parece-me um conceito convergente em relação a outras elaborações conceituais em curso (valorização do lugar, geração de ambiências, interpretações instauradoras), constituindo-se esse amálgama de elaborações teórico/práticas, por sua vez, num grande imã para a convergência entre os saberes psicossociais e os saberes gerados pelo encontro geografia e educação e outros campos, num sentido mais extenso.

Finalizo com essas palavras ao mesmo tempo doces e instigantes de Frémont (1980):

Em última instância, a pedagogia do espaço deve ser criativa. Crianças ou adolescentes recriam já o mundo traçando cortes, estabelecendo perfis, compondo mapas de síntese. Esta pedagogia ativa constitui um progresso em relação à aprendizagem passiva do adquirido, sobretudo quando se impõe como objetivo a elaboração de documentos de síntese que fazem apelo a uma certa imaginação, ao mesmo tempo que ao espírito de análise. Mas é preciso ir mais longe, incitar a crítica do que existe, recusar a ordem do «standard», suscitar a elaboração de projetos que dêem aos lugares habitados, aos espaços de reunião, às regiões a viver, as cores e as formas, as necessidades e os sonhos de imaginações jovens.

Descobrir o espaço, pensar o espaço, sonhar o espaço, criar o espaço ... Uma pedagogia nova para um espaço vivido deve tomar em conta estas quatro exigências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Autores da psicologia social e do encontro geografia/educação demonstram uma grande convergência em suas elaborações conceituais, ainda que, de um modo geral, pareçam desconhecer diretamente os trabalhos, uns dos outros. Autores do campo psicossocial cometem, seguidamente, o equívoco de considerar a geografia tão somente como um saber relativo apenas a uma materialidade do mundo. Autores da renovação crítica em geografia cometem – ou até recentemente cometeram – o equívoco de considerar o campo psi como relacionado a uma postura reducionista psicologizante, isto é, individualizante, escamoteadora do contexto social e das questões econômicas e políticas. A convergência constatada entre elaborações conceituais entre os dois campos demonstra a necessidade de desfazer equívocos e pré-conceitos estes, sim, reducionistas – e construir mais declaradamente essa convergência.

Autores que trabalham numa perspectiva de construção de lógicas da complexidade – Morin e Guattari, por exemplo – são fundamentais para proporcionar, para todos os lados envolvidos, essa necessária convergência.

Por parte da geografia, e mais especificamente por parte do encontro geografia/educação, essa convergência demonstra ser emergente e iniciando um processo de aceleração.

A crescente reflexão e valorização do lugar, a criação de conceitos educacionais relacionados com a geografia, abrangentes teoricamente e ao mesmo tempo eminentemente impulsionados pela necessidade de gerar práticas, demonstram fortemente esse processo de convergência, que representa também uma ampliação, em direção aos processos de subjetivação, por parte da geografia.

Esquemas conceituais como os apresentados por Fischer demonstram que, variando o número de tipos e classificações sobre o comportamento psicossocial em

relação ao espaço, preserva-se, contudo, sempre um eixo básico: um contínuo com rupturas e contradições, porém dialeticamente jamais indissociável, que une conflituosamente/cooperativamente o individual ao público. No limite apresentado por Fischer, o espaço que funcionaliza o comportamento psicossocial é também um espaço que produz perdas psicossociais em relação a esse mesmo espaço, gerando como reação pulsional inevitável reapropriações selvagens, que podem intensificar a própria conflituosidade e as funcionalidades excludentes.

O encontro geografia/educação, através de autores como Frémont, Milton Santos, Rego, Callai e Suertegaray, demonstra como o desenvolvimento dessa práxis pode contribuir (até horizontes ainda indeterminados) para transformar essa reação pulsional em energia societária/transformadora.

A proposição do conceito de manejo simbólico pretende ser uma contribuição para essa edificação que vem sendo erguida dialogicamente/praxicamente e, onde, repetindo Rego, se constitui uma rede na qual – afortunadamente – já não é mais possível saber quantos e quem são exatamente os autores e co-autores de cada nova idéia e prática.

REFERÊNCIAS

ALLIEZ, E. A Assinatura do Mundo, o que é a filosofia de Deleuze e Guattari? São Paulo: Editora 34, 1995.

ANZIEU, D. Le Moi-peau. Paris: Dunod, 1985.

ARALDI, A.R. A Construção do Conhecimento, da Ética e da Cidadania - A Crise Sócio-Ambiental imprimindo uma Nova Face à Práxis Educativa. Porto Alegre, UFRGS-Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2000 (Dissertação de Mestrado).

BACHELARD, G. A Poética do Devaneio. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. A Poética do Espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BARKER, R.G. Ecological Psychology. Stanford: Stanford University Press, 1968.

BARTHES, R. Fragmentos de um Discurso Amoroso. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CALLAI, H.C. Estudar o Lugar para Compreender o Mundo. In: CASTROGIOVANNI, A.C. Ensino de Geografia, Práticas e Textualizações no Cotidiano (org.). Porto Alegre: Mediação, 2000.

CALLAI, H.C.; ZARTH, P.A (orgs.). Os conceitos de Espaço Tempo na Pesquisa em Educação. Ijuí: UniJui, 1999.

CASTROGIOVANNI, A.C. Apreensão e Compreensão do Espaço Geográfico. In: _____. (org.). Ensino de Geografia, Práticas e Textualização no Cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CAVALCANTI, L.S. Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos. Campinas: Papirus, 1998.

CLAVAL, P. A Geografia Cultural: O Estado da Arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. (orgs.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

CHRISTOFOLETTI, A. Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982.

COSTELLA, R.Z. A Alfabetização Cartográfica Interdisciplinar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental e a Interação do Educando no seu Contexto Socio-Ambiental. Porto Alegre, UFRGS-Programa de Pós-graduação em Geografia, 2001 (Dissertação de Mestrado).

DEGGERONI, C.A.A.L. Como a Geografia pode Auxiliar os Alunos com Necessidades Visuais Especiais na Construção de sua Integração Escolar. Porto Alegre, UFRGS-Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2001 (Dissertação de Mestrado).

DOWNS, R.M.; STEA, D. Maps in Minds: Reflections on Cognitive Mappings. N.York: Harper an Run, 1987.

DUVIGNAUD, J. Lieux et Non-Lieux. Paris: Galilée, 1977.

FISCHER, G.N. Psicologia Social do Ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FAURE, H. Les Objects dans La Folie. Paris: P.V.T., 1987.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREMONT, A. A Região, Espaço Vivido. Coimbra: Livraria Almendina, 1980.

FREUD, Sigmund. A Interpretação dos Sonhos Obras Completas. v.XIX. Rio de Janeiro: IMAGO, 1980.

GEERTZ, C. The Interpretation of Cultures. N.York: Basic Books, 1973.

GUATTARI, Félix. As Três Ecologias. Campinas: Papirus, 1991.

_____. Caosmose. São Paulo: Trinta e Quatro, 1995

ITTELSON, N.H. Environmental Perception and Urban Experience. N.York: Environment and Behavior, 1978.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R.L. (orgs.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: UERJ, 1994.

HALL, E.T. The Language os Space. Londres: Landscape, 1960.

_____. Au-Delá de La Culture. Paris: Le Sevil, 1974.

HINNAH, N.D. Sob o Olhar da Geografia: Os Conceitos de Sociedade. Lugar, Paisagem e Natureza para Docentes e Discentes no Ensino Fundamental em Panambi-RS. Porto Alegre, UFRGS-Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2001 (Dissertação de Mestrado).

KAERCHER, N.A. Geografizando o Jornal e Outros Cotidianos; Práticas em Geografia para Além do Livro Didático. In: CASTROGIOVANNI, A.C. (org). Ensino de Geografia, Práticas e Textualização no Cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.

LAITANO, G. Os Territórios. Os Lugares e a Subjetividade: Construindo a Geografia pela Escrita no Movimento Hip-Hop, no Bairro Restinga, em Porto Alegre, Porto Alegre, UFRGS-Programa de Pós-Graduação em Geografia 2001. (Dissertação de Mestrado).

LEWIN, K. Psychologie Dynamique. Paris: P.V.T., 1986.

LINCH, K. L'Image de La Cité. Paris: Dunod, 1976.

LINTON, R. Le Fondement Culture de La Personnalité. Paris: Dunond, 1984.

MERLEAU-PONTY, M. A Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MOLES, A; RHOMER, E. Psychologie de L'Espece. Paris: Casterman, 1977.

MORIN, Edgar. Ciência com Consciência. Porto Alegre: Sulina, 1998.

_____. O Método. As Idéias. Porto Alegre: Sulina, 1997.

PIAGET, J; INHELDER, B. A Representação do Espaço na Criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

REFFATTI, L.V. Representações de Mundo - Iniciando um Trabalho Psicopedagógico em Interface com uma Geografia Fenomenológica. In: REGO, N.; SUERTEGARAY, D.; HEIDRICH, A. (orgs.). Geografia e Educação: Geração de Ambiências. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

REGO, N. A Convergência das Hermenêuticas num Conceito de Educação como Elaboração da Singularidade, Porto Alegre, UFRGS - Faculdade de Educação, 1996, (Tese de Doutorado).

_____. Apresentando um Pouco do que sejam Ambiências e sua Relação com a Geografia e a Educação. In: REGO, N.; SUERTEGARAY, D.; HEINRICH, A. (org.). Geografia e Educação: Geração de Ambiências. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

REGO, N.; SUERTEGARAY, D.; HEIDRICH, A. (orgs.) Geografia e Educação: Geração de Ambiências. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. O Ensino de Geografia como uma Hermenêutica Instauradora. In: REGO, N. et al. (orgs.). Um Pouco do Mundo Cabe nas Mãos – O Local e o Global, Geografia e Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2002 (no prelo).

ROSENDAHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

RUA, J. et al. Para Ensinar Geografia. Rio de Janeiro: Access, 1993.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SARTRE, J.P. A Imaginação. São Paulo: Difel, 1973.

SCHILDER, P. Psychanalyse de L'Espace. Paris: Gallimard, 1974.

SUERTEGARAY, D.M.A. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. In: SUERTEGARAY, D.; BASSO, L.A.; VERDUM, R. (orgs.). Ambiente e Lugar no Urbano, A Grande Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

TUAN, Y. Espaço e Lugar. São Paulo: Difel, 1983.

_____. Topofilia. São Paulo: Difel, 1980.

TYLOR, E. The Ongins of Culture. Chicago: University Chicago Press, 1974.

VERRET, M. L'Espace Ouvner. Paris: A-Colin, 1979.

VESENTINI, J. W. (org.). Geografia e Ensino: textos críticos. Campinas: Papirus, 1989.

WINNICOTT, D.W. Jeu et Réalité: L'Espace potentiel. Paris: Gallimand, 1971.